

ATA 2014ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

1 Aos dezenove dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, às dezenove horas e quarenta
2 e três minutos, realizou-se a segunda milésima décima quarta reunião Plenária Ordinária
3 do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim,
4 oitenta e nove. Estiveram presentes 22 (vinte e duas/dois) conselheiras/os, sendo estas/es
5 efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os, Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel
6 Paulon, Evelyn Sayeg, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos,
7 Maria Rozinetti Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva,
8 Reginaldo Branco da Silva, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz
9 Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka,
10 Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna
11 Barbosa Damasceno, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta,
12 Maurício Marinho Iwai, conforme lista de presença anexa, onde constam os registros de
13 horários de ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da
14 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. **CONVIDADOS DA PLENÁRIA** - Luciana
15 Stoppa dos Santos saúda e agradece a presença dos/as convidados/as das subsedes,
16 presentes por participarem das Comissões Gestoras. Comenta que há duas pessoas que
17 ela não identifica quem sejam. Essas pessoas se identificam como psicóloga/o: Paulo
18 Roberto de Camargo (06/14400) e Lucimara Bassi (06/59971). Luciana Stoppa, então,
19 lamenta, mas não foi feito convite para participação dessa/e psicóloga/o nesta plenária.
20 Explica que as plenárias são atividades das/os conselheiras/os do CRP SP, indicando que
21 há outras atividades que são abertas à categoria, como as assembleias que ocorrem
22 periodicamente no CRP SP, são momentos em que a categoria participa. Mas, as sessões
23 plenárias, por Regimento, são atividades das/os conselheiras/os do CRP SP. Discorre que
24 pode citar os artigos do Regimento Interno e um memorando da atual gestão que qualifica
25 esses fluxos, construído por Aristeu Bertelli da Silva na época em que esteve na
26 presidência. A Diretoria se desculpa por esse constrangimento, e solicita a compreensão
27 dessas pessoas presentes, pois o convite não foi encaminhado pelas vias oficiais do
28 Conselho. Faz leitura do Art. 46 do Regimento Interno: “*Poderão participar das reuniões do*
29 *Plenário, desde que convidados, os conselheiros suplentes, os membros das Comissões*
30 *Gestoras, funcionários, psicólogos e outros, quando necessário. § 1º - Todos os*
31 *convidados terão direito apenas a voz, nos assuntos de sua competência e desde que*
32 *autorizados pelo Plenário. § 2º – Quando a pauta assim o exigir, as sessões serão restritas*
33 *aos Conselheiros Efetivos”.* Ainda, cita o Memo ADP Nº. 055/17, que, sobre a participação

34 de pessoas convidadas indica que “9. A(o) proponente de pauta que avaliar necessária a
35 participação de pessoa(s) convidada(s) deverá sugerir esta participação no ato de envio da
36 pauta. 10. Membro de comissão gestora poderá participar das reuniões plenárias, na
37 condição de convidada(o), quando a(o) conselheira(o) coordenadora(or) justificar ausência.
38 11. A solicitação de participação de pessoa convidada será avaliada e deferida ou
39 indeferida pela diretoria, em todos os casos, considerando a gestão do centro de custo,
40 inclusive no caso do convite a funcionárias(os), especialmente considerando que a
41 realização de horas extras depende de prévia e específica autorização da diretoria, nos
42 termos do Acordo Coletivo de Trabalho. 12. Pautas com a participação de pessoa(s)
43 convidada(s), exceto membros de comissão gestora substituindo conselheira(o), serão
44 apreciadas preferencialmente, salvo impedimento, no início dos trabalhos da ordem do dia
45 a(o) proponente de pauta que avaliar necessária a participação de pessoa(s) convidada(s)
46 deverá sugerir esta participação no ato de envio da pauta”. Assim, reforça que esse convite
47 não foi feito institucionalmente. Pede desculpas pelo constrangimento causado às/aos
48 Psicólogas/os, e entende que há conselheiras/os no plenário que descumpriram, inclusive,
49 uma questão regimental. Salaria que essa é uma atividade estrita e restrita às/aos
50 conselheiras/os do CRP SP até que este plenário vote e delibere o contrário.

51 Considerações dos presentes: **1) Questão de ordem**, Vinicius Cesca informa que não
52 entende a leitura apresentada pela presidência com relação ao regimento. O Regimento é
53 explícito no sentido de que as/os psicólogas/os ou outras pessoas, como funcionárias/os,
54 quando convidadas/os, podem participar das sessões plenárias. Não há nada que
55 estabeleça que deverá ser feito um convite institucional. **2)** Luciana Stoppa indica que há o
56 Memorado. **3)** Vinicius Cesca diz que Luciana Stoppa está tentando formular uma defesa
57 incabida, pois o Memorado foi tirado de seu contexto. Questiona qual a governabilidade
58 da diretoria em relação a esta questão, uma vez que ela é estrita à gestão financeira dessa
59 atividade. Dessa forma, é possível que a Diretoria expeça um memorando com orientações
60 nesse sentido, enquanto gestora de um orçamento, de um centro de custo que é relativo a
61 essa atividade, mas, se não há custo financeiro envolvido, não há governabilidade da
62 diretoria em tomar essa decisão. Para qualquer convidado que gere despesa para o centro
63 de custo de plenárias, que é de gestão da diretoria, há essa governabilidade de decisão.
64 Pois, este plenário definiu que o gestor de cada centro de custo é quem define os
65 participantes das atividades nos quais ele faz gestão. É assim que ocorre com todas as
66 atividades do CRP SP. A governabilidade se dá enquanto ordenador de despesas ou
67 enquanto a quem foi delegada essa função. Se não há nada que acione a diretoria
68 enquanto gestora de um centro de custo, não há governabilidade para tomar decisões

69 nesse sentido e o regimento é explícito em relação a isso. A função de fazer convite a
70 pessoas convidadas para as plenárias é regimental, e as psicólogas/os podem participar
71 da plenária. 4) Luciana Stoppa dos Santos informa que, quando necessário, é preciso
72 justificar o ponto de pauta. 5) Vinicius Cesca de Lima faz novamente a leitura do caput do
73 Art. 46 do Regimento Interno: “*Poderão participar das reuniões do Plenário, desde que*
74 *convidados, os conselheiros suplentes, os membros das Comissões Gestoras,*
75 *funcionários, psicólogos e outros, quando necessário*”. Assim, questiona o que não está
76 sendo cumprido. 6) Luciana Stoppa comenta que a participação de convidadas/os deve ser
77 estrita a determinado ponto de pauta. 7) Vinicius Cesca responde que não está escrito que
78 a participação deve ser estrita a determinado ponto de pauta, ao contrário. Diz ainda que o
79 que o artigo menciona é que as/os convidadas/os terão direito apenas a voz nos assuntos
80 de sua competência, mas não fala sobre a presença em si. Comenta que o direito a voz
81 precisa ser autorizado pelo plenário e que é preciso considerar os precedentes, nesse
82 sentido. Na plenária passada, de 09.12.2018, houve a presença de um ex-conselheiro e
83 que teve direito a voz sem que o plenário tenha sido consultado sobre isso, descumprindo
84 o Regimento. Na última plenária houve a presença de outros convidados e, assim,
85 questiona em que momento o Regimento determina que o convite deve ser feito pela
86 Diretoria. Solicita o estrito cumprimento do Regimento Interno do CRP SP, que estabelece
87 a possibilidade de que psicólogas/os, desde que convidadas/os, participem das reuniões
88 do plenário. É absurdo que a diretoria queira iniciar uma sessão plenária expulsando
89 psicólogas/os de seu Conselho. 8) Bruna Lavinias Falleiros recorda que durante a plenária
90 passada, ao questionarem sobre os convites, se o plenário poderia convidar quem
91 quisesse, as conselheiras Suely Ortiz e Maria Rozineti Gonçalves responderam que
92 poderiam. Esta resposta está gravada no áudio na plenária passada. 9) Luciana Stoppa
93 comenta que é preciso lembrar do teor do memorando. 10) Guilherme Raggi comenta que
94 as regras parecem mudar conforme a conveniência da pauta. O memorando trazia que
95 para avaliar a necessidade da participação de pessoas convidadas deveria vir a sugestão
96 dessa participação no ato de envio de pauta. E esse Memorando não foi confeccionado por
97 esta Diretoria. 11) Questão de ordem, Vinicius Cesca de Lima solicita que seja mantida a
98 ordem da plenária. 12) Luciana Stoppa questiona o que Vinicius Cesca diz estar fugindo à
99 ordem, uma vez que o que foge à ordem é convite feito fora dos meios oficiais deste
100 conselho. 13) Aristeu Bertelli da Silva solicita questão de ordem. 14) Luciana Stoppa dos
101 Santos pede que o conselheiro Aristeu Bertelli da Silva abaixe seu tom de voz, indicando
102 que ainda estava no meio de sua fala e salientando que é seu papel dirigir essa sessão
103 plenária. 15) Aristeu Bertelli da Silva diz que isso é uma vergonha. 16) Luciana Stoppa

104 responde que vergonhoso é conselheira/o gritar. **17) Questão de ordem**, Vinicius Cesca
105 de Lima informa que existe um regramento que possibilitou que esse memorando fosse
106 produzido. Existem atribuições de gestão financeira neste Conselho que, regimentalmente,
107 são, a princípio, estritamente atribuições da/o conselheira/o presidenta/e, que é a/o
108 ordenadora/or de despesas. E, assim como funciona na administração pública, essa
109 função pode ser delegada. Em 21.01.2017, este plenário definiu que a atribuição da gestão
110 financeira – que é parte da atribuição de ordenamento de despesa - seria delegada às
111 coordenações ou presidências das unidades do CRP SP. Então, o plenário tomou essa
112 decisão de delegação de uma atribuição que é originária da presidência, segundo o
113 Regimento. A gestão financeira do custeio do centro de custo de cada atividade estaria sob
114 gestão da coordenação daquela atividade, sendo que alguns dos centros de custo estão
115 sob gestão da Diretoria, inclusive, o de plenárias. Imbuídos dessa atribuição - que é
116 originalmente regimental e que ela pode ser delegada -, que foi delegada à Diretoria na
117 ocasião, a Diretoria definiu um procedimento, como havia sido pactuado.
118 Circunstancialmente, esse regramento se deu no momento em que o então presidente da
119 Comissão de Orientação e Fiscalização, Guilherme Raggi, trouxe um conjunto de
120 assistentes técnicas, recebendo horas extras, quando ele não possui essa atribuição, pois
121 não havia sido delegada. Foi nesse contexto, para poder executar a atribuição de gestão
122 financeira, que originalmente é da Diretoria e que não foi delegada, que foi construído esse
123 Memorando. Ele não se refere a participação de pessoas em condições que não gerem
124 despesas, porque a Diretoria não tem essa atribuição. Mas, se fosse isso, é algo que
125 deveria ser corrigido, porque a Diretoria não tem essa atribuição, ela não pode definir
126 essas questões que fujam à sua função de gestão financeira. O Regimento não diz isso e a
127 Diretoria e o plenário não têm atribuição de modificar o Regimento. Então, no cumprimento
128 do regimento, do artigo 46 que é explícito, psicólogas/os convidadas/os participam das
129 plenárias. **18)** Ana Sandra Arcoverde Nóbrega, vice-presidente do CFP dá saudações a
130 plenária e diz endossar a fala de Vinícius Cesca e de Bruna Lavinias Falleiros. De acordo,
131 inclusive, com o que Luciana Stoppa leu do Regimento Interno, as/os convidadas/os que
132 estão presentes nesta plenária se encaixam na categoria 'outros', porque não são
133 conselheiras/os e não são colaboradoras/es ou gestoras/es de sedes. **19)** Bruna
134 Lavinias Falleiros diz que é importante ressaltar o que ocorreu na plenária passada e a
135 resposta que tiveram. Na ocasião, questionaram a essa mesma Diretora se seria possível
136 fazer convites a qualquer pessoa que quisesse vir à plenária e obtiveram a resposta de
137 que sim e que poderiam convidar quem desejassem. Entende que manter as plenárias
138 fechadas contribui para uma política de não transparência. Se não há nada a se esconder

139 e se os convidados não terão direito de voz, somente à presença, não há nenhum motivo
140 para que se solicite a retirada dessas pessoas. 20) Guilherme Raggi diz que há leituras
141 completamente diferentes do Regimento Interno neste caso. A leitura que a Diretoria faz é
142 que quando dizem que podem participar das reuniões do plenário, desde que convidados,
143 quando necessário. A leitura da Diretoria é de que, quando dizem que podem participar
144 das reuniões do plenário, desde que convidadas/os, desde que necessário e, indicando a
145 competência delas/es no parágrafo primeiro, inclusive de acordo com o Memorando citado,
146 o convite formal é feito. Foi feito o convite oficial para esta plenária e está presente a
147 conselheira federal, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, que está presente. Na
148 plenária passada esteve presente o ex-conselheiro André Isnard, que também foi
149 oficialmente convidado. Esses convites foram expedidos por documentação oficial e ficará
150 documentado na história do CRP SP, se tratando de uma ação efetiva da gestão. Comenta
151 que ainda não entraram na discussão dos pontos de pauta. Assim, sugere que discutam e
152 encaminhem essa questão, assim que as pessoas que se inscrevam para fala concluem.
153 Não entende como uma expulsão, de maneira alguma. E entende que isso precisa ficar
154 registrado. Se este for um caminho que o plenário deseje seguir na publicidade de seus
155 atos, que seja discutido dessa forma, mas é uma decisão que precisam tomar enquanto
156 plenário. 21) Aristeu Bertelli da Silva saúda a todas/os. Diz que, novamente, vê a completa
157 inabilidade da atual Diretoria em tratar sobre o assunto, sobremaneira da presidência que,
158 ao invés de começar a primeira plenária do ano, opta por fazer esse teatro, esse circo.
159 Está fazendo esse pastiche de coordenação. Terão leituras divergentes, mas, ao menos o
160 “Integra” continua tocando as pautas pela participação, pela transparência e pelo rigor de
161 gestão, fiéis àquilo que era a base do plenário, àquilo que sempre foi a base de campanha
162 que os elegeu. Não foi a fama de ninguém do “Cuidar” que os elegeu, mas sim a
163 plataforma política. Diz que isso mostra a incapacidade do “Cuidar” em conseguir,
164 minimamente, manter o cuidado e o decoro dentro da sessão. É inacreditável a
165 incapacidade de leitura também de Regimento. Basta recordar do quão afoito foi o
166 “Cuidar”, que logo após a atividade de mediação com o Conselho Federal de Psicologia, já
167 naquele dia tentou anunciar o golpe, não observando o próprio Regimento, que aponta o
168 dia 27 de setembro como sendo data, mas, no afã de tomada do poder, tentaram fazer isso
169 naquele próprio dia. Acha essa tentativa de afrontar o que foi a sua gestão, do porquê ele
170 assinou um memorando, tão estapafúrdia, tão idiota e tão infantil. O Memorando é
171 explícito, ele trata daquilo que diz respeito a convidados que por ventura precisem ser
172 custeados. Agora, fazem essa distorção para tentar oferecer algum tipo de
173 constrangimento pra ele. É inacreditável, é infantil, é uma afronta tão estúpida! O primeiro

174 ato no início da primeira atividade do ano é começar com uma afronta dessa, é ridículo.
175 Questiona se há medo de que os convidados tenham acesso a alguma coisa. Há muito
176 tempo a APAF é transmitida online e já trouxeram a questão de que as plenárias também
177 passem a ser transmitidas online. Assim, questiona se o temor é que a categoria possa ver
178 alguma coisa e se não foi, deliberadamente, uma expulsão das/os convidadas/os,
179 questiona o que foi. Por que a tentativa de constranger? Questiona se é dessa maneira
180 que pensam que estão recepcionando bem a categoria dentro de seu Conselho. As/os
181 colegas/os se sentiram na obrigação de apresentarem seus números da carteira de
182 identidade profissional. Isso é um vexame! Começar dessa maneira é um vexame! Quem
183 não tem medo, não tem receio e não tem “rabo preso” com nada, simplesmente deixa
184 acontecer a transparência, faz a transparência ativa. Já deveriam ter as plenárias
185 transmitidas. O áudio virou objeto de uma pendenga gigantesca e absurda. Ainda, estão
186 com o passivo de um áudio que sumiu, que não foi registrado. O antigo conselheiro foi
187 convidado e a categoria será convidada, a não ser que haja, de fato, um óbice verdadeiro,
188 continuarão convidando. 22) Luciana Stoppa dos Santos solicita que as/os conselheiras/os
189 encaminhem as falas porque precisam adiantar essa discussão. 23) Vinicius Cesca diz que
190 tinha encaminhado uma questão de ordem que não foi deliberada. É revelador que tenha
191 sido dessa forma: psicólogas/os que veem ao CRP SP e encontrem esse tipo de recepção
192 por parte da Diretoria do Conselho. Para ele, é revelador e mais um exemplo da mais
193 absoluta falência política do projeto que dizem representar. Não serve mais e não dá pra
194 sustentar uma prática política que diz que não expulsa, mas que quer fazer consulta se
195 as/os psicólogas/os podem ficar dentro do plenário ou não. É a torção discursiva, que já
196 apontaram em outros momentos, que segue a mesma lógica de que “o trabalhador pode
197 negociar com o patrão”. As/Os psicólogas/os que estão aqui não estão sendo expulsas/os,
198 mas elas/es estão tendo que se submeter ao constrangimento de outras pessoas
199 decidirem se elas podem ou não estarem aqui, porque uma Diretoria - inclusive a vice-
200 presidenta que faz uma cara como se tivesse se importando com o constrangimento
201 das/os psicólogas/os que estão aqui - decide que deve iniciar uma plenária criando esse
202 constrangimento. É desnecessário, não é regimental, não tem sustentação de forma
203 alguma. É desolador mais uma vez ter que lidar com esse cenário! Acho que demonstra a
204 falência desse projeto político, o quanto ele, de fato, se sustenta em uma lógica elitizada
205 de quem pode de quem não pode acessar os espaços. Comenta que Ana Maria Mercês
206 Bock, em uma reunião, disse que foi ela quem elegeu a gestão e, portanto, ela faz o que
207 quiser. Coisas assim vão sendo sustentadas e se reproduzem nesse espaço, é algo que
208 fica explícito. Saúda às/aos psicólogas/os que vieram enquanto convidadas/os, apesar do

209 constrangimento. Informa que Paulo Roberto de Camargo também é ex-conselheiro do
210 CRP SP, mas isso não deve importar muito, porque para o grupo do “Cuidar” há ex-
211 conselheiros que importam e há ex-conselheiros que não importam. 24) Suely Castaldi
212 questiona em que Vinicius se baseia para fazer essa afirmação. 25) Vinicius Cesca diz que
213 é baseado no fato em que há ex-conselheiros do CRP SP que a Diretoria convida para
214 estar na plenária, inclusive, cedem à ele fala sem consultar o plenário, o que é contrário
215 ao que o Regimento estabelece. Assim, faz a análise de que não se importam, que há
216 quem importa e quem não importa e que o crivo é muito explícito. É lamentável que tenha
217 que ter um episódio como esse, que precisem fazer esse tipo de discussão. As pessoas
218 atenderam um convite para estarem nesta plenária, então, solicita que, independente de
219 como a Diretoria deseje conduzir a questão, que essas pessoas não saiam da plenária,
220 pois a Diretoria não tem legitimidade para tirá-los. Assim, se as/os convidadas/os
221 entenderem que vale a pena permanecer, que continuem, independentemente de qual seja
222 a decisão, pois não há legitimidade para isso. E, se a Diretoria quiser encaminhar de outra
223 forma, que encaminhem da forma como entenderem, contrariando o Regimento, a
224 plataforma que foi apresentada à categoria na época da eleição e qualquer possibilidade
225 de abertura do CRP SP à própria categoria. 26) Regiane Piva fala, enquanto conselheira
226 deste plenário. Cumprimenta Paulo Roberto de Camargo e Lucimara Bassi, informando
227 que não os conhecia. Como já devem ter percebido, há dois grupos dentro do plenário, um
228 que foi politicamente eleito enquanto um grupo político e outro que se tornou oposição a
229 este grupo eleito, após ser destituído da Diretoria. A leitura que faz do Memorando é que
230 este não está somente direcionado a custos, a não ser que estivessem em uma situação
231 financeira muito ruim. Diz nunca ter visto o convite ser negado para nenhum convidado,
232 desde que houvesse uma justificativa de ponto de pauta. Está em sua segunda gestão e
233 nunca viu isso ocorrer. O problema, é que não seguiu as vias institucionais. As plenárias
234 são os espaços onde há um fluxo diferente, não sendo abertas à participação da categoria
235 em geral. Entende que se uma pessoa quiser participar de uma reunião de núcleo, não
236 tendo dispêndio financeiro, não há óbice. Não sabe como era em outras épocas, mas que,
237 desde que é conselheira, seguem um fluxo e, em sua opinião, devem continuar seguindo
238 esse fluxo. Também não vê como sendo uma expulsão. Acredita que, na verdade, devem
239 ficar com os dados das pessoas que vieram para convidá-los posteriormente, mas é
240 importante seguir uma justificativa. É algo que está claro no Memorando, e seguem ele
241 desde então. Qualquer conselheira/o pode convidar participantes, mas deve justificar a
242 participação junto com o ponto de pauta e, pelo que a Diretoria está contando, isso não
243 aconteceu. Assim, dá essa sugestão de encaminhamento: que as pessoas que vieram

244 nesta plenária, possam voltar em alguma posterior e, se isso ocorrer, a vinda será
245 relacionada com algum ponto de pauta, quando poderão se manifestar. Enquanto
246 psicólogas/os, podem reivindicar outras formas de funcionamento. Há o COREP, onde
247 pode ser importante repensar essas formas. Nesses espaços podem discutir essa
248 estruturação. Entende que não é a única forma de serem transparentes, pois tem as atas
249 publicadas no Portal da Transparência e existem outras formas de transparência. Não irá
250 responder às ofensas e insinuações, porque todo mundo tem o direito a ter sua opinião.
251 Diz que, apesar do Regimento dizer o contrário, sua defesa é que não faz sentido
252 convidarem pessoas que não terão voz. 27 Ana Sandra Arcoverde Nóbrega, vice-
253 presidente do CFP, saúda a todos e menciona que se inscreveu para tentar ajudar de
254 alguma forma. Primeiramente, agradece ao convite de participar desta plenária e do
255 Planejamento Estratégico no dia seguinte, que será importante para a condução dos
256 processos de trabalho. Quer contribuir fazendo uma proposta de encaminhamento. Está no
257 Sistema Conselhos há mais de 10 (dez) anos, porque foi presidente de um Conselho
258 Regional por dois mandatos e agora está no Conselho Federal. Isso não é algo usual no
259 Sistema Conselhos. A plenária é um fluxo interno das/os conselheiras/os, onde discutem
260 questões internas e, posteriormente, ela é publicizada, por meio de sua ata. Normalmente
261 convocam as/os convidadas/os a partir dos meios oficiais. Não sabe quem convidou, mas
262 essa convocação ela precisa sair do espaço institucional, do Conselho, para que tenham
263 algum nível de percepção de como as coisas estão acontecendo. De fato, não é uma rotina
264 comum, não se tem notícias de ser uma rotina comum dos Conselhos Regionais
265 convocarem as/os psicólogas/os para participarem de suas plenárias. Esse plenário foi
266 eleito pela categoria e, regimentalmente, é soberano. Utilizam essa palavra no sentido de
267 que tudo o que é decidido no Sistema Conselhos precisa passar nos Regionais por seus
268 plenários, pois é o espaço onde se discute, que se vê as questões envolvidas. Essa
269 questão, pode, inclusive, pautar para discussão. No Conselho Federal, quando convocam
270 as/os psicólogas/os a participarem por meio da transmissão online, é para a assembleia
271 administrativa e financeira, porque assembleia e plenária são situações distintas. Para as
272 assembleias as/os psicólogas/os são convocadas/os a participar, há divulgação em jornal
273 de grande circulação e em todos os meios oficiais do CRP, porque fazem a prestação de
274 contas, aprovam o orçamento e contam o que se pretende fazer no próximo ano e conta o
275 que foi realizado no ano em exercício. A Assembleia é o momento em que o psicólogo vê o
276 que a gestão que elegeram está fazendo no Regional. É um momento muito importante e que
277 o Sistema Conselhos tenta fazer com que as/os psicólogas/os criem essa cultura de,
278 efetivamente, participar das assembleias. No Conselho Federal, as pessoas também não

279 são convidadas a participarem das reuniões do plenário, justamente pelo entendimento de
280 que são momentos distintos. A plenária é realizada para decisões internas da vida
281 administrativa, da vida interna, do Regional. Os Conselhos convocam suas/seus
282 conselheiras/os efetivas/os e suplentes, para participarem, havendo o regramento no
283 Regimento Interno. Essa foi a forma como o Sistema Conselhos funcionou até o momento,
284 mas não significa que precisa funcionar sempre assim. Acha válido e importante discutir
285 sobre os métodos, mas considera que essa discussão deve iniciar no plenário, e, após, se
286 for a decisão do pleno, que seja feito o convite à categoria. Podendo, então, o Regional
287 convidar oficialmente a categoria, para que a categoria participe, considerando a soberania
288 do plenário. Mas, gostaria de fazer uma proposta de encaminhamento, porque foi
289 convidada em função do Planejamento Estratégico, pois, quando convidam, precisam
290 apontar para o que está sendo feito o convite, e quando a convidaram, indicaram que seria
291 para contribuir com o Planejamento Estratégico. Entende que seu ponto é único.
292 Contrataram uma empresa, representada por Márcio Cruz, ou seja, há investimento
293 público, para fazer o Planejamento Estratégico. Não sabe se pode fazer isso, mas sua
294 sugestão é de que possam apreciar com todas/os as/os presentes o Planejamento
295 Estratégico. Assim, que Márcio Cruz fizesse a apresentação sobre o Planejamento, para
296 que não se comprometesse o trabalho que será realizado no dia posterior. Considera muito
297 importante para o estado de São Paulo, para a categoria e para as/os psicólogas/os que se
298 faça um bom planejamento de como será este ano de gestão. Comenta que está tentando
299 garantir que façam o planejamento, pois é algo que categoria pede, e que se cumpra
300 aquilo que se comprometeram nas eleições. **28) Questão de ordem**, Vinicius Cesca de
301 Lima diz se tratar de um debate que pode gerar consequências, no sentido de
302 reestabelecer a perspectiva regimental, gostaria de fazer um reparo à fala anterior, da vice-
303 presidenta do Conselho Federal de Psicologia que está presente. Precisam, seriamente,
304 discutir, talvez até no âmbito do Sistema Conselhos, o conceito de soberania. O plenário
305 não é soberano em diversos sentidos, do ponto de vista institucional. O próprio Regimento
306 estabelece que o plenário sequer é a instância máxima de deliberação do próprio Conselho
307 Regional, uma vez que essa atribuição é dada aos Congressos da Psicologia. O plenário
308 não tem atribuição e competência para reformar decisões congressuais. Entende que o
309 Art. 25 do Regimento é explícito. De qualquer maneira, esse Regimento só pode existir, se
310 tratando de uma autarquia pública, porque há uma legislação que estabelece a existência
311 desse Regimento. Essa legislação estabelece que o funcionamento dos Conselhos
312 Regionais e é definida pelo Regimento Interno aprovado pelo Conselho Federal de
313 Psicologia. É o que está escrito na lei. O plenário, por exemplo, não é soberano pra alterar

314 a lei. Inclusive, o Sistema Conselhos vivencia toda a dificuldade para a alteração dessa lei,
315 na direção de questões que historicamente defende. Essa lei estabelece que o
316 funcionamento se dá com base em um Regimento aprovado pelo Conselho Federal de
317 Psicologia, de modo que este plenário não tem competência pra alterar o seu próprio
318 Regimento. E, este plenário, bem como o plenário do Conselho Federal, têm competência
319 pra alterar essa legislação. Nesse sentido, está evocando o dispositivo regimental e, dessa
320 forma, não importa a decisão deste plenário à esse respeito, porque o plenário não tem
321 competência e atribuição para isso, não sendo soberano para essa decisão. O Regimento
322 é explícito, no sentido da existência de um convite enquanto condição para a participação
323 de psicólogas/os nas plenárias. E este é o objeto da discussão, se irão cumprir esse
324 dispositivo regimental ou não. Se a impressão que têm é de alteração dos outros
325 dispositivos, este não é espaço que tem competência para isso. Considera curioso, para
326 não dizer que é trágico e que é lamentável, que esta fala venha de uma convidada, que
327 permanecerá nesta reunião porque alguém decidiu que pode, que tem convidada/o que
328 pode e convidada/o que não pode. Vindo de uma convidada, a defesa de que é possível
329 que outras/os convidadas/os não estejam é triste e demonstra a falência desse projeto.
330 Está tentando apontar que essa é a discussão política que precisa ser feita. Que não é
331 uma prática costumeira no Sistema Conselhos, já sabem e vêem as consequências disso,
332 o afastamento da categoria em relação aos Conselhos. Sabem, a partir de que projeto
333 político em que ela se arraiga. O que estão pontuando é exatamente a necessidade de
334 alteração dessa prática, dessa concepção, da maneira de entender a participação das/os
335 psicólogas/os nesse espaço. 29) Luciana Stoppa solicita que Vinicius Cesca encerre sua
336 fala. 30) Vinicius Cesca diz que esta tentando concluir, mas que a conselheira Luciana
337 Stoppa o interrompe. A questão de ordem se sobrepõe ao desejo de fala. 31) Luciana
338 Stoppa responde que há o trabalho da plenária um trabalho para cumprir e que o
339 conselheiro Vinicius está atrapalhando os trabalhos. 32) O conselheiro Vinicius Cesca
340 menciona que foi a conselheira Luciana Stoppa que trouxe essa questão. Nada disso seria
341 necessário se a Diretoria tivesse cumprido o Regimento desde o início e se não tivesse
342 essa sanha de impedir participação. Foi a Diretoria quem trouxe essa questão. Nesse
343 sentido acho que sanada a questão em relação à soberania, que se faça cumprir o
344 Regimento deste Conselho, que permite essa participação. Considera lamentável que
345 estejam todo esse tempo, iniciando os trabalhos de 2018, tendo que lidar com a
346 possibilidade de que psicólogas/os não possam estar dentro do espaço de seu Conselho,
347 um espaço de participação que não seja evento. Foi citado que há eventos em que podem
348 participar, mas não estão chamando-os para evento, estão chamando para participação

349 política nos espaços de decisão do Conselho, que é este espaço, sendo que há um
350 dispositivo regimental que abre a possibilidade para isso. 33) Luciana Stoppa diz que
351 considera lamentável que tenham que fazer essa discussão sem alinhamento prévio,
352 inclusive em outros espaços, em momentos anteriores. Não se discutiu o que está-se
353 trazendo hoje, a questão da transparência do convite aberto e irão discutir, efetivamente,
354 em uma próxima plenária. Mas, não irão negar a participação das/os psicólogas/os. Mas
355 quer deixar registrado que conselheiras/os deste plenário descumpriram um fluxo interno, o
356 Regimento e que irão discutir isso posteriormente. 34) Vinicius Cesca solicita uma questão
357 de ordem. 35) Luciana Stoppa informa que dará continuidade à plenária e que encerrará a
358 discussão para que possam seguir com os trabalhos da plenária, indicando que é
359 desrespeitoso que interrompam o que está dizendo. Farão o ponto do Planejamento
360 Estratégico. Posteriormente, farão a discussão sobre as/os convidadas/os da plenária. 36)
361 **Questão de ordem**, Aristeu Bertelli informa que a presidência não tem a função de tribunal
362 de sessão, não é tribunal de exceção. Pede que Luciana Stoppa não se arrogue a isso,
363 pois não tem como afirmar quem descumpriu ou cumpriu algum artigo. E, se quiser fazer
364 isso, que faça pelas vias legais, como deve ser feito. Não é ela quem define o que foi
365 correto e o que não foi. Pede que não fique se arvorando em um tipo de poder que não
366 tem, na sanha desse poder. Considera que é algo infantil e mostra a incapacidade de tocar
367 uma plenária e ao acusar conselheiras/os de terem descumprido algo. Pede que as/os
368 nomeie e que diga o que foi descumprido, que tenha essa hombridade. 37) Vinicius Cesca,
369 de forma semelhante, pondera que o descumprimento de um dispositivo regimental é
370 enquadrável como infração funcional. Quando solicitou a ordem algumas vezes já nesse
371 início de plenária, foram no sentido de solicitar o cumprimento do Regimento Interno e, em
372 nenhum momento identificou que deram encaminhando aos seus pedidos de ordem,
373 inclusive pela mesa diretora. Seu pedido de ordem é direcionado a mesa, no sentido que
374 se faça cumprir o Regimento. Sabe a posição da mesa em relação a isso, mas não viu
375 registrada nenhuma devolutiva em relação a nenhuma de suas solicitações de ordem,
376 desde o início da plenária. Continua solicitando que seja cumprido o Regimento. A
377 conselheira presidenta pode pedir para fazer o registro de um suposto descumprimento
378 regimental, mas que, minimamente, possa identificar qual dispositivo regimental foi
379 descumprido. Caso seja um dos conselheiros que Luciana Stoppa alega que descumpriu o
380 Regimento Interno, faz questão de dizer que Paulo Roberto de Camargo e Lucimara Bassi
381 são seus convidados, bem como que qualquer psicólogo e psicóloga que venham à
382 plenária, assumirá como sua/seu convidada/o. Questiona se Luciana Stoppa entende que
383 isso é um descumprimento regimental e que, se sim, que faça a Representação.

384 Aguardará ansiosamente. 38) Luciana Stoppa diz que, após essas questões discutidas, às
385 20h30, darão início, de fato, à 2014ª Plenária Ordinária do CRP SP. **ORDEM DO DIA: I)**
386 **INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** – Suely Castaldi Ortiz da Silva informa que
387 foram justificadas as ausências das/os conselheiras/os Andrea Mataresi, Maria das Graças
388 Mazarin de Araújo, Rodrigo Toledo, Edgar Rodrigues e Rodrigo Fernando Presotto.
389 **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA** - Guilherme Raggi, considerando a situação em que estão
390 neste momento, reconhecendo que há uma situação insólita, gostaria de fazer proposta
391 para o plenário. Há um trabalho muito importante a ser realizado no dia seguinte, e, dessa
392 forma, gostaria de propor que priorizassem algumas pautas, que são aquelas
393 administrativas e cotidianas, como cadastro de pessoas física e jurídica, credenciamento
394 de site e título de especialista, que são questões que afetam o trabalho de psicólogas/os,
395 da categoria. Também, que priorizassem o Planejamento Estratégico. Márcio Cruz está
396 aqui para esse ponto e há decisões a serem tomadas. Gostaria que o plenário apreciasse
397 isso, para que pudessem dar conta dessa atividade, considerando que, inclusive, cerca de
398 100 (cem) pessoas participarão. Considerações dos presentes: **1) Questão de ordem,**
399 Vinicius Cesca de Lima diz que, por ordem regimental, os informes são realizados antes da
400 Ordem do Dia. Assim, não está explícito para ele em qual momento estão. **2)** Guilherme
401 Raggi concorda e, assim, propõe que limitem o tempo, considerando que há um trabalho
402 bastante importante. **3)** Vinicius Cesca diz que gostaria de incluir dois informes, além
403 daqueles que já constam na pauta. **4)** Guilherme Raggi, então, indica que farão os
404 informes e, depois, seguirão com os pontos administrativos “Apreciação dos Processos de
405 Pessoa Física e Jurídica”, “Apreciação de Título de Especialista” e “Credenciamento de
406 Sites”. Após isso, seguirão com a discussão sobre o “Planejamento Estratégico”. **5)**
407 Vinicius Cesca questiona se já deliberaram acerca das prioridades, porque ainda tem
408 discussão que precisa ser feita acerca disso. Na mesma linha que apontou na plenária
409 passada, sem prejuízos desses pontos, porque entende que devem ser iniciados por eles
410 mesmo. Entende que é fundamental que seja assim. Mas, tem a memória, que pode não
411 ser exata e a não disponibilização das gravações e de ata da plenária dificulta, de que ao
412 final da última plenária ordinária, deliberaram que as recomposições deveriam ser feitas ao
413 início desta plenária. Não deliberaram sobre as recomposições na plenária passada, e já
414 há um prejuízo em uma série de questões por isso. Talvez a gravação do áudio dessa
415 plenária possa ajudar, nesse sentido. Acha que há prejuízo em esse ponto ser, mais uma
416 vez, adiado. Assim, entende que precisam enfrentar esse ponto pelos prejuízos que ele
417 pode gerar para o funcionamento de diversas instâncias. **6)** Regiane Aparecida Piva diz
418 concordar com a importância do ponto de recomposições. Mas, para o ponto Planejamento

419 Estratégico, há um convidado para ponto e no dia seguinte haverá a atividade. Assim,
420 sugere que combinem um tempo de fala e garantam que passará o ponto das
421 recomposições logo após o Planejamento Estratégico. Inclusive, que dispensem o
422 convidado, caso ele necessite sair. 7) Ana Sandra Arcoverde Nóbrega pede para se retirar
423 junto com o convidado Marcio Cruz. 8) Guilherme Raggi retoma que, então, a proposta é
424 fazer os informes, os pontos administrativos, o ponto “Planejamento Estratégico” e, após, o
425 ponto “Recomposições”. Pelo que se recorda, Marcio Cruz utilizará cerca de 1 hora para
426 apresentar o ponto “Planejamento Estratégico” e precisarão deliberar algumas questões
427 sobre esse ponto, que espera que seja de acordo com o que ele apresentou. Assim, não
428 vê problemas com relação à priorização proposta. Questiona se há alguma objeção, e o
429 plenário não se manifesta. 9) Bruna Lavinias Falleiros diz que gostaria de fazer um adendo.
430 Na última plenária não discutiram a questão da Comissão Gestora da Subsede Vale do
431 Paraíba e Litoral Norte e gostaria que, se em algum momento perceberem que irão
432 encerrar a plenária por uma questão de tempo, fosse garantido ao menos a recomposição
433 dessa Comissão Gestora. 10) Guilherme Raggi diz que, pelo que observou das questões
434 do plenário, há, por exemplo, a recomposição da ética que também tem prioridade.
435 Questiona se os informes podem ser feitos de maneira rápida. Propõe que pactuem três
436 minutos para cada informe e, então, avaliam se podem ampliar. Diz que quanto mais
437 tempo demorarem com isso avançarão no tempo para a discussão dos pontos de pauta.
438 Diz ser importante cuidar também das trabalhadoras. 11) Beatriz Mattos diz ter se perdido.
439 Questiona se passarão para os informes da Diretoria e dos conselheiros Vinicius Cesca e
440 Ed Otsuka e depois farão a priorização da pauta. 12) Guilherme Raggi elucida que já foi
441 feita a priorização: iniciarão pelos informes, seguindo com os pontos administrativos e,
442 depois, Planejamento Estratégico e Recomposições. Este último, com prioridade para a
443 Comissão Gestora do Vale do Paraíba e Litoral Norte e da Comissão de Ética. Sobre os
444 informes, tem a proposta de não fazerem o da APAF – Assembleia das Políticas, da
445 Administração e das Finanças, porque seria um informe extenso. 13) Vinicius Cesca
446 solicita, ainda que tardiamente, que os pontos das prorrogações das duas Comissões de
447 Sindicância possam também serem discutidos, junto aos demais pontos administrativos.
448 Não há discordância à proposta. **II) INFORMES - CONTINUAÇÃO – 2.1) Convidados da**
449 **plenária** – Luciana Stoppa dos Santos informa que estão participando da plenária,
450 enquanto convidados, Márcio Cruz e Ana Sandra Arcoverde Nóbrega, ambos em razão da
451 discussão sobre o Planejamento Estratégico. **2.2) APAF – Assembleia das Políticas, da**
452 **Administração e das Finanças** – Luciana Stoppa informa que repautarão esse informe
453 para a próxima plenária. **2.3) Orçamento do CRP SP** – Vinicius Cesca de Lima comenta

454 que, na 2011ª Plenária Ordinária, de 09 de dezembro de 2017, o Orçamento do CRP SP
455 para 2018 foi aprovado com ressalvas. Se recorda plenamente de ter, ao final da votação,
456 chamado a atenção do plenário ao fato de que, pela Resolução CFP nº 10/2007, a
457 aprovação do Orçamento precisa constar em uma Resolução do Conselho Regional.
458 Assim, apontou a necessidade de que a Resolução de aprovação do orçamento seja
459 assinada e publicada, o que torna o instrumento público. A Resolução é o instrumento que
460 consigna a decisão do plenário. O conselheiro Guilherme Raggi, na ocasião, confirmou que
461 isso seria feito. Não sabe se a Resolução foi elaborada, mas sabe que ela não foi
462 publicada. E entende que isso é um problema. Há 40 (quarenta) dias essa decisão foi
463 tomada e ainda não foi publicada a decisão de aprovação do orçamento com ressalvas.
464 Seu informe é neste sentido. Esse é seu informe e sua solicitação, a quem compete, de
465 que tome as devidas providências administrativas nesse sentido. **2.4) Comissão de**
466 **Auditoria e Controle Interno - CACI** – Vinicius Cesca de Lima diz que esse informe é
467 uma observação em relação ao que consta no ponto de recomposições, que entende que
468 não deveria estar pautado. Ainda que passem este ponto nesta plenária, a providência
469 admirativa que deve ser tomada é outra e ainda não foi. Há a sugestão de desligamento do
470 psicólogo Márcio Magalhães da Silva da Comissão de Auditoria e Controle Interno, mas,
471 isso não precisa ser deliberado. A Resolução que normatiza essa Comissão estabelece
472 que é obrigatório ser conselheira/o para a compor. No momento em que homologaram a
473 renúncia do então conselheiro Márcio Magalhães, é necessário declarar a vacância desse
474 cargo, desligando-o automaticamente. Não precisa deliberar isso nesta plenária. A
475 declaração da vacância deste cargo que ele ocupava na Comissão de Auditoria e Controle
476 Interno deve remeter ao dia 09 de dezembro de 2017, para que nenhum ato que a
477 Comissão, eventualmente, tenha expedido ou alguma documentação que ela tenha
478 recebido, ou alguma apreciação que ela fez, possa ter alguma a sombra de nulidade por
479 contar com um membro que não poderia mais ser membro. Assim, entende que é
480 importante a declaração de vacância, considerando a forma como a Resolução normatiza
481 o funcionamento da Comissão de Auditoria e Controle Interno. A composição deve ser
482 publicada por portaria, assim, deve ser feita uma Portaria que retroaje seus efeitos ao dia
483 09 de dezembro de 2017 e declare a nova composição da Comissão de Auditoria e
484 Controle Interno sem o agora ex-conselheiro Márcio Magalhães. **2.5) Horário da plenária -**
485 Vinicius Cesca diz que outra questão que gostaria de trazer é o horário da plenária. Nesta
486 data, encaminhou um e-mail porque havia uma divergência de informação em relação ao
487 horário da plenária. Na plenária passada, haviam deliberado um horário de início desta
488 plenária e, na convocação, veio outro horário. Hoje, quando fez o questionamento das

489 razões da divergência e como ela seria conduzida, teve a resposta do entendimento de
490 que o menor prejuízo era iniciar pelo horário que não foi deliberado, mas convocado, das
491 19h30m, porque as/os conselheiras/os já teriam se programado para esse horário.
492 Entende que manter esse horário de início, de fato, era o encaminhamento com menor
493 prejuízo – inclusive porque das 18 horas (horário deliberado) até cerca de 19h10m,
494 somente ele estava presente, então talvez tenha sido o único a se programar a chegar
495 neste horário. Entende que, no contexto, era o possível a ser feito. Mas, entende que há
496 um problema administrativo nisso pois, eventualmente, as pessoas podem se programar e
497 outras questões serem impactadas, e, assim, é preciso ter precisão nesses
498 encaminhamentos para evitar dissabores e transtornos. Um dos convidados chegou às 18
499 horas e o primeiro constrangimento que ele lidou, antes do constrangimento de ter que se
500 apresentar e dizer o que fazia na plenária e ter que esperar para saber se ele poderia ficar,
501 foi o constrangimento de chegar no horário que havia sido aprovado pelo plenário e ter
502 sido informado que a Diretoria havia alterado para outro horário. Então, pede que se tenha
503 mais cuidado nessa condução. E, gostaria de fazer um desgravo no sentido de algo que
504 lhe incomodou muito na resposta da conselheira secretária, que foi indicar a
505 responsabilidade como sendo da equipe de trabalhadoras do Departamento de Secretaria.
506 Não é a primeira vez que a Diretoria, ao ser confrontada ao não cumprir algo que é sua
507 responsabilidade, coloca a responsabilidade em um trabalhador ou em uma trabalhadora
508 do Conselho. Foi assim quando o Guilherme Raggi e Luciana Stoppa, ao não assumirem
509 as suas responsabilidades pelo Orçamento, colocaram a responsabilidade no funcionário
510 Mário Correa. E, hoje, mais uma vez isso acontece. Então, faz esta fala para registrar esse
511 desagravo, porque esta responsabilidade é da conselheira secretária, não das funcionárias
512 da Secretaria. A conselheira secretária não cumpriu sua atribuição. Considera lamentável a
513 tentativa de se esquivar da responsabilidade, atribuindo-a a quem não a tem, pois a
514 coordenação deste trabalho é da conselheira secretária. Era quem deveria ter conferido o
515 horário que constava e era quem, eventualmente, deveria ter percebido que tinha uma
516 divergência de horários. Acha deselegante e, na verdade, violento, que se atribua a uma
517 trabalhadora do Conselho essa responsabilidade. Assim, faz seu desagravo a toda a
518 equipe da Secretaria pelo excelente trabalho realizado e entende que não podem ser
519 responsabilizadas pela falha da conselheira secretária. **2.6) TAC sobre Região da**
520 **Cracolândia** – Ed Otsuka resgata que no dia 21 de maio de 2017, houve uma ação
521 bastante violenta na Cracolândia. O CRP SP, junto ao Condepe – Conselho Estadual de
522 Direitos da Pessoa Humana, foi o primeiro a ir à região. Fizeram uma ação muito
523 importante, e, inclusive, uma coletiva de imprensa logo após. A partir disso, criou-se o GT

524 Cracolândia e fizeram uma articulação inédita e importante entre conselhos profissionais,
525 Condepe, Defensoria Pública, Ministério Público. Realizaram fiscalização de hospitais
526 psiquiátricos que haviam sido fechados no final de 2016 e que foram reabertos logo no
527 início da ação da Cracolândia, como uma estratégia de internação e higienização da
528 região. A articulação que fizeram foi muito importante e continua se fortalecendo. Segunda-
529 feira, 22 de janeiro, o CRP SP assinará um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.
530 Essa articulação teve início na gestão da Diretoria anterior, o que demonstra que
531 continuam defendendo a plataforma original. A prefeitura de São Paulo atua de forma
532 bastante conservadora, retrógrada e, talvez, não assine a TAC. Há interesse que a
533 prefeitura assine. Mas, caso a prefeitura não assine, uma alternativa seria a judicialização.
534 De qualquer forma, é uma grande conquista. Já há alguns planejamentos e estratégias a
535 serem realizadas que foram pensadas no início do ano passado e que seguem pela defesa
536 intransigente dos direitos humanos e da plataforma original deste plenário, que não
537 negarão por outras questões. A assinatura será na segunda-feira, às 14 horas, na
538 Defensoria Pública. Considerações dos presentes: 1) Luciana Stoppa comenta que
539 gostaria de fazer uma observação com relação ao informe do conselheiro Ed Otsuka, é
540 algo que gostaria de se manifestar publicamente. Todo esse processo não foi discutido,
541 apesar de corroborarem e, assim, de que irão assinar a TAC. Entendem que este plenário
542 precisa discutir essas pautas, elas não podem definir essas pautas à revelia deste plenário.
543 Então, gostaria de fazer essa colocação para o conselheiro, porque o Núcleo não pode
544 deliberar questões sem que isso seja alinhado com o plenário. 2) Ed Otsuka solicita que
545 lhe seja dado direito de resposta. Não deliberou sozinho, se trata de uma questão e um
546 mérito do Núcleo e sempre que foi necessário, consultou. Diferentemente do que fez a
547 Diretoria, por exemplo, que não lhe consulta sobre uma representação em um espaço que
548 está há mais de um ano construindo e trazendo as informações. Está aberto a compartilhar
549 e sempre busca fazer isso. Não faz as coisas deliberadamente e de forma arbitrária, sem
550 compartilhar. Bem diferente de como ocorreu com a conselheira presidenta, Luciana
551 Stoppa, e com a vice-presidenta, Maria Rozineti. Houve uma situação bastante chata, em
552 que não sabia que havia sido deliberada outra representação para a reunião das
553 entidades, o conselheiro Reginaldo Branco, e que interpelou as razões para isso e não
554 souberam explicar-lhe. Entende que talvez esse seja o momento para que expliquem
555 aquela situação. A mesma situação ocorreu, coincidentemente também como ele próprio e
556 o conselheiro Reginaldo Branco, em relação ao Condepe. **2.7) Demissão de funcionária**
557 – Bruna Lavinias Jardim Falleiros informa que tinha a expectativa de que esse informe
558 tivesse sido dado pela mesa diretora, mas, infelizmente, não foi. Supõe que a plenária

559 saiba, mas entende que é importante anunciar que a coordenadora da Comissão de
560 Comunicação, Erika Almeida, foi demitida sem nenhuma notificação ou aviso, de forma
561 arbitrária, uma vez que seu trabalho vinha sendo reconhecido continuamente por este
562 plenário. A justificativa foi que o cargo comissionado que ela ocupava seria importante para
563 ser ocupado por outra pessoa. Uma vez que a demissão havia sido planejada
564 minimamente, o jeito humano de tratar a funcionária teria sido avisá-la com antecedência e
565 não chegar de um dia para o outro e avisar que havia sido demitida, que não precisava
566 cumprir aviso prévio. O plenário pauta questões sobre o cuidado com as/os
567 trabalhadoras/es, questionando o desmonte das políticas públicas e executam tudo aquilo
568 que criticam, sem se preocupar com o lado humano da situação e sem dialogar com o
569 plenário. Entende que se trata de uma função executável pela Diretoria, mas é vergonhosa
570 essa atitude. Considerações dos presentes: 1) Ivani Francisco de Oliveira comenta que a
571 fala anterior trouxe uma inverdade. Em momento algum foi justificada a demissão, a
572 dispensa da coordenadora do Departamento de Comunicação, Érica Almeida, para que o
573 cargo dela fosse utilizado por outra pessoa. Ao contrário, fizeram uma reunião com ela em
574 que expuseram parte do que foi trazido anteriormente, do reconhecimento do trabalho
575 realizado, em como ela agregou valor à Comunicação do CRP SP. Mas, há ainda um ano
576 e meio de gestão pela frente e estão reorganizando as ações de gestão, apenas isso.
577 Ocorrer a demissão e receber o valor do aviso prévio é uma conduta realizada por vários
578 departamentos de Recursos Humanos, não é uma conduta desumana, não é uma conduta
579 desrespeitosa. A dispensa de Érica Almeida foi feita de forma cautelosa, com
580 acompanhamento da profissional de RH do CRP. A frustração que esse grupo sente não
581 pode ser trazida o tempo todo com ataques e inverdades. Tem divergências, sim. Não
582 sabe se as entradas e saídas de pessoas de cargos de livre provimento deveriam ser
583 tratados dessa forma, com ataques e inverdades. Então, registra que a razão não foi para
584 trazer o cargo para outra pessoa. Aproveita para informar que nesta data tiveram a
585 conclusão do processo de licitação para contratação de profissional pra fazer o Jornal Psi.
586 2) Vinicius Cesca questiona se há a intenção, por parte da Diretoria, em contratar outra
587 pessoa em cargo em comissão para este Conselho. Pede um informe nesse sentido. 3)
588 Luciana Stoppa responde que a Diretoria tem a prerrogativa de definir isso, se convier.
589 Salienta que irá informar ao plenário se este for o caso. 4) Vinicius Cesca diz não ter sido
590 essa sua pergunta. Questionou se há a intenção. 5) Luciana Stoppa responde que a
591 Diretoria decidirá sobre isso se for necessário. 6) Vinicius Cesca diz que o que Luciana
592 Stoppa informou é óbvio, está disposto no Acordo Coletivo, no Plano de Cargos, Carreiras
593 e Salários e ela não precisa informar. Retoma que seu questionamento é se há a intenção,

594 pela Diretoria, de contratação de outra pessoa em cargo em Comissão. 7) Guilherme
595 Raggi informa que compreende o questionado do conselheiro Vinicius Cesca, mas que é
596 preciso dar continuidade com a Ordem do Dia, considerando que já foram feitos diversos
597 informes. 8) Vinicius Cesca reforça que ainda estão fazendo os Informes, que precedem a
598 Ordem do Dia. 9) Guilherme Raggi pondera que já são 21 horas e precisam dar conta do
599 ponto do Planejamento Estratégico. Entende a pergunta de Vinicius Cesca, mas solicita
600 que sigam com a pauta. 10) Vinicius Cesca insiste que ainda estão no campo dos informes
601 e que solicitou esse esclarecimentos à Diretoria. As únicas pessoas que podem elucidar se
602 é verdade ou não é a Diretoria e se esquivam de uma resposta que pode ser simples, de
603 se há ou não há a intenção de contratar alguém. 11) Luciana Stoppa dos Santos diz que a
604 Diretoria demitiu a trabalhadora Érika Almeida e demitirá outras se for necessário, porque
605 se trata de um cargo de confiança e irá avaliar a contratação de outra pessoa para o setor.
606 12) Vinicius Cesca pede que se registre que ele não se sente contemplado na resposta,
607 pois é dúbia e, intencionalmente, esquiva. Tratar-se-ia de uma resposta simples, mas que
608 não foi dada, o que lhe faz pensar sobre o que isso significa. Infelizmente, ficam nesse
609 campo de um dizer algo e outro dizer que não é verdade, e quem poderia resolver se
610 esquivou. Essa esquiva lhe parece ter um significado muito explícito, que entenderá da
611 forma como quiser, já que a Diretoria perdeu a oportunidade de explicar como quisessem.

612 **III) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA –**

613 Suely Castaldi Ortiz da Silva submete ao plenário a apreciação dos processos das pessoas
614 física e jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes
615 processos: Pessoa Física - 354 (trezentos e cinquenta e quatro) novas inscrições, 96
616 (noventa e seis) reativações, 15 (quinze) inscrições secundárias, 28 (vinte e oito)
617 inscrições por transferência, 338 (trezentos e trinta e oito) cancelamentos a pedido; 15
618 (quinze) cancelamentos por transferência, 05 (cinco) cancelamentos de inscrição
619 secundária. Pessoa Jurídica - 07 (sete) registros e 05 (cinco) cancelamentos a pedido.
620 Total geral dos processos analisados: 863 (oitocentos e sessenta e três), conforme folha
621 anexa que é parte integrante desta ata. **IV) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**
622 **ESPECIALISTA** - O plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas/os para
623 aprovação do título de especialista. **Encaminhamento:** Na modalidade Residência
624 Multiprofissional deferiu-se 01 (um) na área de Saúde. Na modalidade Cursos IES deferiu-
625 se 02 (um) na área de Psicologia do Trânsito; 06 (seis) na área de Psicologia Clínica; 01
626 (um) na área de Neuropsicologia. Na modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 01 (um)
627 na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho; 07 (sete) na área de Psicologia do
628 Trânsito; 05 (cinco) em Psicologia Clínica, 03 (três) na área de Psicologia Hospitalar; 01

629 (um) na área de Psicopedagogia; e, 06 (seis) em Neuropsicologia. Assim, o total geral é de
630 33 (trinta e três) títulos de especialistas ratificados, sendo os 33 (trinta e três) deferidos,
631 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **V) CREDENCIAMENTO DE SITES**
632 - Foram analisados 19 (dezenove) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu
633 parecer favorável a 16 (dezesesseis) pedidos com protocolos: 006815970 (06/73676),
634 3061143396 (06/50393), 406416714 (06/106879), 606643123 (06/100532), 306246848
635 (06/113153), 506246698 (06/86584), 106217517 (06/49815), 206246037 (06/73528),
636 706444735 (06/110756), 606117364 (06/71831), 106516256 (06/109505), 306046512
637 (06/138665), 206144038 (06/129074), 206346080 (06/76250), 406346140 (06/93718) e
638 106245687 (06/21455). Parecer de não se aplica a 02 (dois) pedidos com protocolos:
639 406246723 (06/85953) e 606546818 (06/35362). Parecer de cancelamento ao pedido com
640 protocolo 406222785 (06/38952), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata.
641 **VI) PRORROGAÇÃO DA SINDICÂNCIA (PORTARIA CRP Nº 024/17)** - Guilherme Raggi
642 informa que será necessária a prorrogação do prazo de finalização dos trabalhos da
643 Comissão de Sindicância instaurada por meio da Portaria CRP-06 nº 024/17, para
644 finalização do relatório final. Devido ao recesso de final de ano do CRP SP, não foi
645 possível finalizá-lo. **Encaminhamento:** A plenária aprova a prorrogação de prazo para
646 apresentação do Relatório de conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância por
647 mais 30 (trinta) dias. **VI) PRORROGAÇÃO DA SINDICÂNCIA (PORTARIA CRP Nº**
648 **050/17)** - Vinícius Cesca responde que bem, a Sindicância instaurada por meio da Portaria
649 CRP-06 nº 03/2017, que é aquela que apura a não realização da gravação de uma
650 plenária do CRP SP do mês de outubro de 2017. Fazem parte dessa Comissão a
651 conselheira Ivani Francisco, o conselheiro Edgar Rodrigues e ele próprio. A Comissão foi
652 constituída em novembro, a Portaria é datada do dia 11 de novembro de 2017, mas foi
653 publicada somente em 21 de novembro. Então, teriam até o final de dezembro pra concluir
654 o trabalho. Na plenária de dezembro, esse plenário aprovou a prorrogação por mais 30
655 (trinta) dias e aprovou uma alteração na composição dessa Comissão de Sindicância, pois
656 o ex-conselheiro Márcio Magalhães a compunha e teve de ser substituído pelo conselheiro
657 Edgar Rodrigues. A nova Portaria, com a nova composição passou a entrar em vigência no
658 dia 11 de dezembro. Registra que houve um problema prático para agendar as atividades
659 da Comissão, porque a própria Comissão não foi avisada da publicação desta nova
660 Portaria. Tomou ciência via Diário Oficial. Ela é datada do dia 11 de dezembro, e foi
661 publicada no dia 21 de dezembro, que foi o dia de início do recesso. Então, quando
662 poderiam ter iniciado os trabalhos em 11 de novembro, somente puderam iniciar em
663 janeiro. Relata que perderam cerca de 20 (vinte) dias de trabalho por não terem tido a

664 informação com antecedência. Essa informação permitiria que a Comissão retomasse suas
665 atividades. Depois disso, após o recesso, conseguiram agendar uma reunião de instalação
666 efetiva da Sindicância, no dia 12 de janeiro, 60 (sessenta) dias após ela ter sido aprovada.
667 Entende que isso é um problema. Sem entrar em outras minúcias, que não cabem neste
668 momento, houve uma questão de agenda e de poder agendar as próximas atividades. A
669 próxima ação que conseguiriam fazer na Comissão seria no início de fevereiro, portanto, já
670 fora do prazo de prorrogação que havia sido concedido anteriormente. Entende que não
671 conseguem sequer falar sobre a finalização dos trabalhos, neste momento. Estão iniciando
672 os trabalhos propriamente ditos da Comissão, mas para que possa prosseguir, precisam
673 da prorrogação por mais 30 (trinta) dias. Encaminharam isso na reunião realizada em 12
674 de janeiro, sexta-feira passada. O prazo, então, ficaria em 19 de fevereiro e, se for
675 necessário, rediscutem a questão. Esse é o cenário e é essa a necessidade.
676 **Encaminhamento:** O plenário aprova a prorrogação de prazo para finalização dos
677 trabalhos da Comissão de Sindicância por mais 30 (trinta) dias. **VII) PLANEJAMENTO**
678 **ESTRATÉGICO** – Luciana Stoppa passa a palavra para o convidado para este ponto, o
679 facilitador de PE, Márcio Cruz, para que ele apresente suas análises e as questões que
680 precisam ser deliberadas. Márcio Cruz cumprimenta a todos e comenta que já se
681 apresentou ao plenário em outra oportunidade. Dessa forma, não irá repetir todos os
682 aspectos, de apresentação do trabalho, sobre seu histórico profissional e o que faz. Ater-
683 se-á às questões que estão vinculadas ao objeto do seu contrato com o CRP, que é de
684 fazer análise de conteúdo e de metodologia do que foi produzido até o momento.
685 Apresentará mais detalhadamente as recomendações sobre o que foi definido até o
686 momento, para serem encaminhadas na atividade que será realizada em 20 de janeiro. Em
687 tese, a atividade que será realizada encerrará todo um ciclo que foi iniciado no último ano.
688 Entende que, da maneira como foi apresentado, pelos documentos que lhe foram
689 entregues, documentos oficiais do CRP SP, o tempo já está ultrapassado e a atividade que
690 deveria ocorrer no final do ano passado, irá ocorrer amanhã, encerrando o ciclo de
691 Planejamento Estratégico da gestão do CRP SP. Quer retomar o compromisso que fez na
692 plenária anterior, em que esteve presente. Há pessoas que não estavam naquela
693 oportunidade. Como recebeu o trabalho realizado, mas não vivenciou todos os processos,
694 quer manter o compromisso de respeito com todo o trabalho que foi realizado e,
695 efetivamente, validar todo esse processo para atividade que será realizada amanhã. Tem
696 respeito pelo trabalho realizado, e esse compromisso está assumindo com o coletivo. Os
697 documentos foram analisados sob o prisma do Planejamento Estratégico Situacional
698 (PES), que entendeu que foi a metodologia utilizada para realizar esse trabalho, também

699 da metodologia da linguagem. Então, são duas fundamentações teóricas. As referências,
700 uma é do Carlos Matus, que é a principal, e a segunda é de Rafael Echeverria, que é um
701 sociólogo chileno. Os dois teóricos trabalharam juntos. Gostaria de apresentar como
702 analisou os documentos, de onde surgiram as conclusões às quais chegou. O
703 Planejamento Estratégico Situacional (PES) trabalha com a teoria dos jogos, onde o
704 movimento entre sujeitos com interesses distintos ocorre constantemente. Uma parte do
705 jogo é a leitura da realidade, a análise de contexto e as tendências de cenários. Estes
706 elementos estão fora da governabilidade de quem planeja, mas quem planeja deve
707 dominar o conjunto de informações e processos que o constituem. Outra parte do jogo é a
708 identificação de uma situação objetivo. Uma vez compreendidos os elementos que estão
709 fora da sua governabilidade (situação inicial) e tendo clara a situação objetivo, parte-se
710 para a definição de um plano de ações necessárias a transformação da situação inicial,
711 rumo à uma situação objetivo. A análise de contexto e suas variáveis, o desenho dos
712 principais problemas e desafios (situação inicial) do sujeito que planeja é o ponto de
713 partida para o desenho de futuro (situação desejada) de quem planeja. O plano de ação, é
714 o caminho para sair da situação inicial, rumo a situação desejada. É composto pela
715 capacidade de ação de quem planeja, marcada pelas suas competências, habilidades,
716 capacidade de organização, etc. O campo de força ocorre entre as variáveis que não estão
717 sob governabilidade de quem planeja, em confronto com as variáveis que estão sob
718 governabilidade de quem planeja. Carlos Matus cria um desenho que chama de Arco
719 Direcional. O resultado do planejamento é a tensão entre essas duas coisas, entre aquilo
720 que se tem governabilidade para executar e aquilo que a gente não tem, aquilo que está
721 fora da governabilidade. Aquilo em que há governabilidade de quem planeja é a
722 capacidade de articulação, as competências, a capacidade de fazer uma boa leitura da
723 realidade, de atuar sobre ela. Sem unidade e coerência entre as etapas, gestão,
724 acompanhamento e incorporação de novas aprendizagens, a tendência é que as variáveis
725 fora do controle se sobressaiam na agenda e no foco de sua atuação do sujeito que
726 planeja, em ações reativas. Há quatro momentos que constam em todos os planejamentos
727 que utilizam o PES: 1) Explicativo – momento em que se classifica se “foi”, “tende a ser” ou
728 “está”, é a leitura do cenário, a análise de contexto. 2) Normativo – momento em que, com
729 base no contexto, se pontua a forma como deveria ser. 3) Estratégico – as definições mais
730 importantes de quem planeja, qual o objetivo, aonde se deseja chegar, quais os resultados
731 estratégico que quem planeja deseja atingir. 4) Tático/Operacional – momento de decidir
732 as ações e implantar as ações, o fazer e refazer. Podem decidir um conjunto de ações e
733 implantar as ações, mas não controlam o futuro. Em algum momento, podem ter que

734 alterar alguma ação para poder chegar ao resultado esperado. Isso compõe o arco
735 direcional que tinha mencionado. Há algumas variáveis que estão fora do controle e da
736 governabilidade do ator. Essa é a lente, analisar a situação, precisar objetivos, construir
737 viabilidade, fazer acontecer. Não é definir, simplesmente, o desejo, mas um ato de
738 declaração de possibilidade, é o território concreto na ação. Apresenta, então, o modelo de
739 Rafael Echeverria, que horizontaliza a decisão, porque ele compõe que todo território de
740 ação pressupõe coletivamente aprendizagem pessoal e coletiva. Podem explorar de
741 maneira mais adequada no Planejamento Estratégico. Na proposta da Ontologia da
742 Linguagem, Rafael Echeverria articula um conjunto de conceitos e categorias que
743 constroem a perspectiva de aprendizagem nos processos pessoais e institucionais para a
744 coordenação de ações. Todo sujeito atua em um contexto junto com outros, os seres
745 humanos coordenam ações entre si, de maneira ordenada, planejada ou não, os seres
746 humanos estão o tempo inteiro coordenando ações. Sobre o que foi produzido do
747 Planejamento Estratégico do CRP SP até o momento, informa que considerou em sua
748 análise os seguintes documentos: o Memorando ADP nº 051/2016 e seu anexo, o folder de
749 divulgação do processo realizado e as planilhas não consolidadas do Plano de Ações
750 (set/2017). São três arquivos formais, oficiais e categóricos, de questões que foram,
751 efetivamente, definidas. O memorando trata sobre como deverá ser realizado o
752 planejamento, traz a metodologia, datando e criando algumas prerrogativas. Tem um folder
753 que foi produzido e divulgado pelo Conselho, apresentando as fases do Planejamento e o
754 resultado da produção de uma dessas fases. E, ao final, há uma planilha não consolidada
755 dos Planos de Ações produzida em setembro do ano passado, que foi consolidada até
756 certa parte. É sobre essa planilha que irão trabalhar amanhã. Comentando as fases do
757 planejamento, na fase 1, ao longo dos meses de outubro e novembro de 2016, por meio de
758 uma plataforma disponível no site eletrônico do CRP, psicólogas/os, estudantes de
759 psicologia e outros interessados puderam enviar sugestões de ações para compor o
760 planejamento estratégico da gestão. As sugestões deveriam ser realizadas a partir das
761 diretrizes aprovadas no IX Congresso Regional de Psicologia em São Paulo, organizado,
762 realizado no primeiro semestre de 2016. Como comentou na última plenária, gostou muito
763 da ideia de fazerem o *link* para a sociedade poder contribuir e passará a adotar essa ideia.
764 No meio de setembro de 2016, as subsedes, comissões permanentes, comissões
765 temáticas realizaram atividades descentralizadas para o diagnóstico situacional, que é
766 importante para entender a realidade dos principais problemas e desafios a serem
767 enfrentados, cumprindo as deliberações do COREP. Na fase 3, concluídas as duas
768 primeiras etapas, um conjunto de conselheiras/os e membros das comissões gestoras,

769 junto com os representantes das comissões permanentes e funcionárias/os reuniram-se
770 pra definir desafios, objetivos, metas e diretrizes da gestão. Para esta etapa também foram
771 convidadas as entidades do FENPB e ULAPSI. Partindo de análise de conjuntura com a
772 participação de movimentos sociais, das deliberações do Congresso Regional e do
773 Congresso Nacional da Psicologia, das sugestões enviadas na consulta pública e dos
774 diagnósticos produzidos nas atividades preparatórias, foram definidos 30 objetivos
775 estratégicos para o triênio 2017/2019, organizados em quatro eixos temáticos que
776 expressam os princípios apresentados na plataforma política da gestão durante a eleição:
777 ampliação da inserção social da psicologia; ampliação da eficiência técnica e da
778 responsabilidade ética; participação, transparência e rigor na gestão; e, cidadania e diálogo
779 com a sociedade. Finalizando o Planejamento Estratégico Trienal durante os meses de
780 dezembro/2016 e de janeiro/2017, o conjunto de comissões e grupos de trabalho do CRP
781 SP construiu um plano de ações para o ano 2017, iniciando o processo de materializar os
782 objetivos estratégicos assumidos. Neste plano, aprovado em reunião plenária no final de
783 janeiro de 2017, foram definidas 145 (cento e cinquenta) ações para o ano. Essas ações
784 ações são referentes ao ano passado. Se compararem as duas metodologias, tirando o
785 tempo e o espaço de cada etapa, todas foram cumpridas em circunstâncias distintas.
786 Metodologicamente, está bastante consistente. As etapas de construção de um
787 Planejamento Estratégico seguem determinada lógica. Os procedimentos podem não ser
788 iguais e nem seguirem um roteiro padrão, desde que, ao final, o resultado apresente
789 unidade e coerência. É importante para organização que tenha unidade e coerência, o
790 início tem que ter relação com o fim. A unidade e coerência neste Planejamento
791 Estratégico tem que ter relação com o COREP. Para aferir a unidade e a coerência
792 precisam olhar para as ações que estão elencadas neste planejamento estratégico,
793 aquelas que necessárias para atingir as metas, quais metas são necessárias para
794 expressar o resultado, quais resultados são efetivos para expressar os objetivos e que
795 objetivos indicam que se está no caminho da missão. Ainda não se chegou a discutir a
796 missão. Carlos Matus trabalha com a ideia de missão. Ainda, é importante aferir se há
797 coerência no planejamento. Há algumas indagações que devem ser feitas sempre que
798 forem fazer a gestão do planejamento. Cita algumas delas: “Temos clara a visão do futuro
799 que é o tempo da gestão?” e “Temos claro qual é o resultado que a instituição quer chegar
800 ao final?”. Qualquer organização que planeje estrategicamente o seu futuro tem que ter
801 claro o que terá ao final. Há apenas um documento concreto, que são os compromissos
802 expressos pelo grupo ainda enquanto chapa e, pelo qual, foi eleito. Ali se expressa a
803 missão. Questiona se os objetivos estratégicos estão claros e revelam os caminhos em

804 direção à realização da missão e se os resultados estratégicos mantêm relação com cada
805 objetivo. Relata que é comum que tenham um planejamento estratégico sendo executado
806 por instituições, em especial, públicas e que tenham um conjunto de resultados no
807 Planejamento Plurianual e, quando verificam as ações e o objetivo, não se relacionam.
808 Assim, deve-se questionar se as metas assumidas fundamentam com clareza o alcance
809 dos resultados, se as ações se referem diretamente às metas de resultados e objetivos
810 estratégicos, se há espaço para alterá-las na gestão do planejamento, ou seja, se há
811 espaço para ser redefinida mantendo a trajetória de resolução da meta. Esses
812 questionamentos são importantes no processo de gestão do plano. Na última plenária,
813 disse que tinha o trabalho realizado até o momento, tinha contribuição efetiva de
814 psicólogas/os, e que tinha um conteúdo efetivo. O conjunto de pessoas que participaram
815 na atividade presencial discutiu uma a uma as propostas, o que não aconselha, embora
816 seja um esforço interessante que tentarão fazer na atividade que será realizada amanhã,
817 mas em um formato diferente. Tem apenas quatro comentários. O processo foi realizado
818 com ampla participação, o que para o PES não é necessário. O trabalho de Matus é
819 verticalizado. Agora, a sistematização dos processos necessita de um desenho com
820 objetivos estratégicos e seus resultados correspondentes, não há objetivos estratégicos
821 claros, há um conjunto de resultados. A unidade e coerência tem que ser construída na
822 consolidação das ações em relação aos objetivos estratégicos. Apresenta a planilha que
823 recebeu, referente ao trabalho realizado em setembro, com a participação de cerca de 100
824 (cem) pessoas, quando aprovaram todo o mérito das ações e as suas derivações até o
825 objetivo sete do Eixo 1, o que dá um conjunto enorme de ações interessantes. Até esse
826 ponto, está aprovado. A planilha é um instrumento de gestão do plano e um instrumento de
827 organização de quem vai executá-la. Defende que sejam criados sistemas e, inclusive,
828 falou sobre isso com o Conselho Federal. Devem criar sistemas automatizados, porque o
829 capitalismo está trabalhando com sistemas de alta capacidade de produzir e administrar
830 informação e aqui ainda estão com o Excel. Cita uma ferramenta, desenvolvida pela
831 Universidade Federal do Paraná, em que é possível realizar o processo todo de
832 Planejamento de forma automatizada, e, ao final, exportar o produto para uma planilha.
833 Sobre a planilha, para ser efetiva, deve ter informações claras e precisas. Com objetivos
834 estratégicos, resultados, metas e ações. A formulação das ações deve conter: sujeito,
835 verbo e predicado, deixando claro quem é a pessoa responsável, qual ação deve ser feita
836 e a que objetivos ela se refere, bem como o tempo de início e fim para sua execução.
837 Encaminhou alguns arquivos sugerindo, a partir dessa perspectiva, adequação das ações.
838 É importante que seja claro, para que qualquer pessoa que chegue à instituição possa

839 executar a ação. Isso é bastante comum no mundo corporativo. Cada responsável por
840 ações e resultados deve ter consigo a planilha correspondente aos seus compromissos.
841 Os procedimentos de atualização da planilha devem ter um padrão conhecido,
842 compartilhado por todas as pessoas que têm responsabilidades e periodicidade conhecida.
843 Recomendações: 1) De acordo com os documentos consolidados até o presente momento,
844 não houve uma definição que traduz os objetivos estratégicos da gestão. Os objetivos que
845 estão expostos na planilha são os objetivos com relação aos eixos, não em relação ao que
846 a gestão quer aferir ao final do seu tempo de mandato. Na planilha que receberam, a
847 redação dos objetivos está em relação aos eixos temáticos descritos a partir dos nós
848 críticos, a redação dos objetivos está escrito no formato de resultado com o verbo no
849 infinitivo. Todo o resultado no processo de Planejamento Estratégico é escrito com verbo
850 no infinitivo. Assim, recomenda que utilizem todo o esforço que fizeram de produção, que a
851 seu ver está muito boa e efetiva, para definir quais são os objetivos. Nesse sentido,
852 recomenda que sejam utilizados virtuosamente como objetivo estratégico da gestão a
853 serem alcançados pelo CRP SP os eixos temáticos atuais. Somente um eixo temático atual
854 não tem verbo, para esse, sugere incluir um verbo para o item quatro, ficando assim
855 “Promoção da Cidadania e diálogo com a sociedade”. É importante que o objetivo
856 estratégico tenha um verbo que categorize aonde se quer chegar. 2) Que os objetivos
857 expressos nas planilhas sejam caracterizados como “Resultados Estratégicos”, uma vez
858 que estão corretamente indicados no verbo infinitivo utilizado para descrição efetiva de
859 resultados a serem alcançados num tempo não definido. Por mais que o tempo seja o da
860 gestão, o tempo do resultado está no infinitivo. Se o plenário acatar suas propostas, ficaria
861 da seguinte forma: **A) Objetivo Estratégico “Ampliação da Inserção Social da Psicologia” –**
862 Resultados: 1. Inserir a psicologia na garantia de direitos de povos e populações
863 tradicionais; 2. Visibilizar a importância da rede de saúde mental como atendimento
864 prioritário e em território a usuárias(os) de saúde mental, usuárias(os) de drogas e pessoas
865 com deficiência, em detrimento do atendimento realizado em instituições asilares; 3.
866 Ampliar a defesa dos direitos das populações que historicamente sofrem exclusão,
867 preconceito e violações de direitos; 4. Contribuir para a atuação da psicologia na promoção
868 da saúde do trabalhador e na garantia dos direitos humanos; 5. Inserir a Psicologia nas
869 discussões e políticas de direito à cidade; 6. Contribuir para a organização de um plano de
870 contingência para a psicologia em emergências e desastres, com um plano de ajuda mútua
871 entre os Conselhos Regionais de Psicologia; 7. Contribuir nas políticas públicas de forma a
872 eliminar qualquer forma de discriminação e preconceito, promovendo a diversidade e
873 enfrentando a práticas patologizantes e medicalizantes; 8. Ampliar o papel social da

874 psicologia, enquanto ciência e profissão, como agente transformadora da realidade
875 política, econômica, social e cultural; 9. Articular as discussões da Psicologia do Trânsito
876 com as políticas públicas, em especial as de Saúde, Previdência Social, Assistência Social
877 e Educação; e, 10. Promover e defender a inserção e ampliação da Psicologia nas
878 políticas públicas. **B) Objetivo Estratégico “Ampliação da Eficiência Técnica e da
879 Responsabilidade Ética” – Resultados:** 11. Criar e atualizar referências técnicas para o
880 exercício profissional, assim como buscar eficiência e eficácia na publicização destas
881 produções; 12. Qualificar os processos da Comissão de Ética e da Comissão de
882 Orientação e Fiscalização; 13. Qualificar os processos de inscrição e de atendimento; 14.
883 Qualificar a atuação profissional a partir da consideração da realidade social; 16. Qualificar
884 normativas que disciplinam o exercício profissional; 17. Gerenciar o conhecimento
885 produzido no CRP SP para subsidiar ações políticas da gestão e fortalecer debates que
886 considerem o cenário de retirada de direitos; e, 18. Incorporar o recorte do exercício
887 profissional por processos de trabalhos nas ações de orientação, de fiscalização, de ética e
888 de produção de referências. **C) Objetivo Estratégico “Participação, Transparência e Rigor
889 na Gestão” – Resultados:** 19. Adequar a estrutura física das unidades do CRP SP às
890 normas elencadas na Lei Brasileira de Inclusão; 20. Envolver os recursos humanos no
891 processo de acessibilização do CRP SP; 21. Adaptar a produção de referências técnicas e
892 éticas e a comunicação aos protocolos de acessibilidade e princípios de desenho
893 universal; 22. Aprimorar os instrumentos e procedimentos de gestão financeira na
894 perspectiva de ampliação da transparência e do rigor na gestão do recurso público; 23.
895 Aprimorar os processos de gestão administrativa; 24. Avançar os processos de
896 descentralização, regionalização e interiorização; 25. Realizar mapeamento da atuação
897 das(os) psicólogas(os), abarcando todas as regiões em que o CRP SP possui sede e
898 subsedes; e, 26. Aprimorar o processo comunicacional para qualificar a participação e a
899 transparência da gestão, fiscalização, de ética e de produção de referências. **D) Objetivo
900 Estratégico “Cidadania e Diálogo com a Sociedade” – Resultados:** 27. Defender as
901 políticas públicas por meio de instâncias de controle social e participação social, visando
902 sua democratização, consolidação, ampliação do acesso e da qualificação; 28. Construir,
903 garantir e ampliar um diálogo próximo e qualificado com a categoria, com usuárias(os),
904 com entidades e com a sociedade, visando um alcance maior da divulgação das
905 normativas, publicações e posicionamentos do CRP SP; 29. Construir, aproximar e
906 fortalecer a parceria com movimentos sociais e entidades para o desenvolvimento de
907 ações conjuntas que visem a promoção e a garantia de direitos; e, 30. Desenvolver e
908 ampliar estratégias de comunicação acessíveis que dialoguem com a população,

909 objetivando informar e dar visibilidade às questões relativas aos direitos sociais e
910 humanos. Ou seja, os Objetivos propostos foram transformados em Resultados do
911 Objetivo Estratégico, fáceis de serem aferidos em uma avaliação futura, seja uma
912 avaliação política pela categoria, seja em uma avaliação de prestação de contas de um
913 Tribunal de Contas, por exemplo. Não está fazendo nenhuma recomendação para discutir
914 meta, mas, particularmente, acredita que toda a ação tem que ser quantificada, qualificada
915 e temporalizada, para que seja possível aferir o tempo, a qualidade ou a quantidade. Nos
916 documentos recebidos, não fica claro qual a temporalidade a ser considerada para as
917 ações, apenas no documento que se refere às ações de 2017. Todas as ações
918 subsequentes não tem temporalidade definida. Os objetivos estratégicos e os resultados
919 são referentes ao tempo de gestão, assim, recomenda que as ações relacionadas a este
920 estejam com a mesma temporalidade. Ou seja, que as ações consideradas até o momento
921 tenham como temporalidade o tempo da gestão e orientem a confecção do orçamento
922 anual aprovado no início de cada ano orçamentário, tal como ocorre com a gestão pública
923 da iniciativa do executivo, como PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes
924 Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Relata que essas leis não são
925 aplicáveis ao CRP SP, mas é uma recomendação, um parâmetro. Quando o Executivo
926 encaminha a Lei do Plano Plurianual para a Câmara ou para o Congresso, há um conjunto
927 de ações possíveis de serem realizadas, mas não detalha essas ações. O valor de cada
928 uma será quantificado na Lei Orçamentária do ano. Essa é a premissa que está indicando.
929 Sobre o orçamento de 2018, é evidente que estão tendo que aprovar certas coisas devido
930 ao orçamento. Recomenda que a plenária de amanhã aprove o mérito das ações até o
931 final da gestão, mas que não entre no debate orçamentário do valor. Todos os recursos
932 necessários das ações que já estão colocadas estão ali dispostos e encaminharam o
933 conjunto de arquivos para que os responsáveis pudessem, inclusive, acrescentar outros
934 recursos que achassem pertinentes, sem necessariamente discutir o valor orçamentário.
935 Sobre o orçamento das ações, recomenda que seja elaborado um orçamento efetivo e
936 eficiente para as ações desenvolvidas pela área competente do CRP SP. Parte da
937 premissa que o CRP SP tem um conjunto de orçamentos que já foram feitos, um conjunto
938 de licitações em andamento, e que, portanto, tem essas facilidades de compor um valor
939 final. Dessa forma, ganharão tempo discutindo o mérito das ações e não o valor.
940 Recomenda que o orçamento a ser feito pela área competente do CRP seja encaminhado
941 ao plenário, pra quantificar orçamentariamente os pedidos feitos pela grande plenária de
942 amanhã ou aqueles já feitos anteriormente e que já estão aprovados. Assim, recomenda
943 que o orçamento seja encaminhado à plenária do mês de fevereiro, para ser aprovado,

944 uma vez que o plenário tem responsabilidade orçamentária e política, determinada pela
945 legislação competente, uma vez que é o plenário que aprova o planejamento, aprova o
946 conjunto de ações, a responsabilidade é solidária. Apresenta então o cronograma
947 proposto: a) 19 de janeiro - apresentação ao Plenário das recomendações da Diretoria
948 para encaminhamento das recomendações; b) Encontro dia 20 de janeiro - Conclusão da
949 definição das ações a partir do “objetivo 7” do Eixo 1; c) Plenário do CRP fevereiro -
950 aprovação do Orçamento para o exercício 2018; d) Junho, Outubro (2018) e fevereiro
951 (2019) - Seminário de avaliação e atualização do Planejamento em relação aos objetivos e
952 resultados definidos. A recomendação referente aos Seminários de avaliação é de que
953 sejam realizados de quatro em quatro meses. Finaliza sua apresentação com uma frase de
954 Fernando Flores, "*A confiança de propósitos é o centro da coordenação*
955 *de ações entre as pessoas*". Essa frase quer dizer que não precisam concordar com tudo,
956 não precisam ter acordo naquilo que for “inacordável”, mas se há propósitos que pactuam,
957 precisam realizar. Diz que indo sozinho, se vai mais rápido, mas indo juntos se vai mais
958 longe, basta pactuarem onde desejam ir. Os Conselhos são instituições de estado
959 importantes, que têm um papel para a categoria e para a sociedade. Assim, deve-se ter
960 como norte qual o resultado que se deixará ao fim da gestão, efetivamente. Coloca-se à
961 disposição para o que for necessário. Considerações do plenário: 1) Magna Barboza
962 Damasceno diz ter ficado com uma dúvida a respeito do Orçamento. No ano anterior,
963 fizeram o orçamento e, então, não entendeu qual a proposta. No ano anterior, fizeram o
964 orçamento, mas não sabiam ao certo quanto iriam gastar, apenas tinham uma ideia. Isso
965 provocou um desgaste muito grande, porque ficaram bem perdidos com essa questão.
966 Fizeram todas as etapas indicadas por Márcio Cruz. Enquanto coordenadora de uma
967 Comissão, precisava saber quanto tinha para gastar em determinada ação que se propôs a
968 fazer. Não entendeu se a proposta é que, novamente, seja feito um Orçamento grande,
969 com várias ações dentro de uma mesa rubrica. Relata que foi angustiante não saber de
970 quanto dispunha para realizar suas ações. 2) Vinicius Cesca de Lima faz uma
971 consideração que já fez da última vez que o Márcio Cruz esteve presente, que é da
972 satisfação e tranquilidade de saber que a proposta é de absoluta continuidade
973 metodológica em relação à maneira de pensar o planejamento. Como já tinha dito em
974 outra ocasião, reafirma que fica explícito o déficit de capacidade de planejamento de
975 gestão no CRP SP, de cultura de planejamento. Isso vai demonstrando o que entende
976 como lacunas, e algumas delas não foram suficientemente consideradas. Algumas
977 sugestões além de não contribuíram para superá-las, mas podem, inclusive, ajudar a
978 reproduzi-las. Questiona como se dará essa discussão, como encaminharão. De fato,

979 passaria muito tempo discutindo as minúcias dessas questões, mas não darão conta disso.
980 Há, ao menos, uma gramática comum e uma mesma metodologia, o que lhe dá
981 tranquilidade para pensar o processo. Precisam considerar que coletivamente a gestão do
982 CRP SP não deu conta da tarefa de pensar diretrizes e metas. Esta é uma dificuldade
983 histórica. Em todos os processos de planejamento do qual participou viu essa dificuldade
984 de pensar em relação a algo que se concretize, o resultado que se espera alcançar, a
985 entrega que se tem, meta enquanto um horizonte a ser alcançado e de forma que se
986 consiga quantificar no tempo. Quando precisam definir metas, acabam por arriscarem uma
987 resposta, sem exatidão. Isso demonstra, inclusive, uma questão de cultura organizacional.
988 Isso segue como algo inconcluso e que talvez não seja concluído no tempo que têm, mas
989 fica como uma sinalização importante. Uma sugestão de temporalidade que é, de certa
990 forma, muito próxima daquilo que funda esse processo de planejamento. Em outubro do
991 ano passado, no momento inaugural de pensarem o planejamento desta gestão, discutiam
992 a questão da temporalidade, primeiro lidando com algo do campo normativo. Marcio Cruz
993 citou o PPA, a LOA e a LDO, que não se aplicam a realidade do CRP SP, mas fazem o
994 planejamento à luz de uma Resolução do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece
995 um plano de trabalho anual. Precisam lidar com isso. Não há previsto o dispositivo desse
996 planejamento, de fato, estratégico, que reflete o tempo de gestão, que pensa o objetivo e
997 os resultados. O instrumento que normatiza o PE para o Sistema Conselhos é ausente
998 quanto a essas questões. Essa demonstração que fizeram e que Márcio Cruz traz é
999 fundamental, inclusive no sentido de pensar essas questões enquanto contribuições para
1000 que se pense na temporalidade, da cultura de planejamento dentro do Sistema.
1001 Recentemente, houve a revisão desse instrumento, aprovada na APAF de dezembro de
1002 2017. O que prejudicou qualquer análise é que as/os representantes do CRP SP,
1003 participantes da Assembleia, não compunham o grupo de trabalho que trabalhou a
1004 proposta de alteração. Não tiveram acesso às alterações realizadas na sua íntegra e essa,
1005 por exemplo, foi uma questão mal encarada e que permanece. Um instrumento que analisa
1006 e registra aquilo que se pensa enquanto entrega, enquanto processo para o tempo da
1007 gestão. Esse é um instrumento que não está previsto no campo das normatizações da
1008 produção dos orçamentos e planos de trabalho no Sistema Conselhos de Psicologia. O
1009 instrumento, exposto no folder com os eixos e objetivos, era um processo de produção da
1010 estratégica do tempo de gestão, um instrumento trienal, que depois se desdobraria em
1011 planos de ação anuais. E, o momento da elaboração do plano de ação do ano seguinte
1012 seria o momento de avaliação dos objetivos e resultados. A tarefa que se esperava de
1013 setembro seria essa. Considera significativo que coletivamente a gestão do CRP SP não

1014 tenha se debruçado na avaliação do Planejamento Estratégico e sim na construção do
1015 plano de trabalho pra 2018. Isso mostra, novamente, como não faz parte da cultura e do
1016 trato cotidiano. Viu instrumentos de planejamento dos anos anteriores que eram nessa
1017 perspectiva, de o que se pretende fazer este ano. Estabelecem um orçamento para as
1018 ações que planejam, sem a preocupação de pensar enquanto uma estratégia, onde se
1019 pretende chegar. Diz entender as considerações de Márcio Cruz, a esse respeito,
1020 importantes, são coerentes para a discussão que este plenário já fez e, de certa maneira, a
1021 trajetória percorrida até aqui a despeito das lacunas, das falhas e das dificuldades que
1022 essa trajetória explicitou. Sua preocupação, do ponto de vista administrativo, é como
1023 produzem, nessa perspectiva, o instrumento de um plano de trabalho anual. Esse plano
1024 anual é obrigatório, está normatizado dentro do Sistema Conselhos de Psicologia. Sem
1025 prejuízo da importância disso, acredita que seria, inclusive, o processo de monitoramento e
1026 avaliação do Planejamento Estratégico. Sua preocupação permanece na construção do
1027 plano de trabalho anual, porque se trata de um instrumento que precisa existir. Outra
1028 preocupação diz respeito à, mais uma vez, a despeito de ser possível fazer assim como foi
1029 sugerido, entender que reforça um vício da cultura institucional. Percebe como um
1030 problema, pensar estritamente o mérito das ações descolando do processo de construção
1031 orçamentária, inclusive devido ao deslocamento já existente. Já há um orçamento
1032 aprovado, mas que foi aprovado antes da discussão sobre o que seria feito no exercício de
1033 2018. Nesse sentido, há um Orçamento que é bastante artificial, que é como
1034 historicamente tem sido feito: primeiro aprovam o orçamento contábil e depois definem o
1035 que será feito. Entende que isso gera uma distorção, pois a discussão sobre o que será
1036 feito é a posteriori da definição orçamentária, que é abstrata, e isso foi um discurso
1037 bastante utilizado nas três ocasiões que discutiram o orçamento. Argumentam que não
1038 podem discutir essa parte orçamentária porque é técnico e, então, precisam chegar, com o
1039 plano de ações, necessariamente, a determinado valor. Portanto, já há esse descolamento.
1040 Discutir agora as ações para, então, tentar compatibilizar o mérito das ações pensadas a
1041 um orçamento que já existe - que é como costuma ser feito e que foi feito, com a exceção
1042 ao Planejamento do ano passado, ao menos, no período recente – entende que os leva de
1043 novo a um beco sem saída de ter que pensar a construção do Planejamento e do
1044 Orçamento como momentos distintos de um mesmo processo, que é necessariamente
1045 político, administrativo e financeiro. Descolam-se os momentos em que as coisas
1046 acontecem e, ora o administrativo financeiro se impõe como um “dever-ser” sobre o
1047 político, ora o contrário. Entende que é um problema da cultura institucional do CRP SP e,
1048 novamente, fazer dessa maneira reforça esta perspectiva. Preocupa-se com essa forma de

1049 fazer. Compreendo que, de forma geral, o coletivo que faz gestão neste conselho tem
1050 dificuldade de pensar aquilo que faz a partir, inclusive, do recurso concretamente
1051 disponível, que é um dado de realidade. Entende que a planilha apresentada por Márcio
1052 Cruz demonstra que há um desejo muito além das possibilidades reais de execução, tanto
1053 do ponto de vista daquilo que as pessoas farão, quanto do ponto de vista da estrutura da
1054 entidade, e mesmo do recurso financeiro disponível. Nesse sentido, entende ser
1055 fundamental que discutam as questões juntas e não em momentos diferentes, ou que não
1056 sejam em momentos tão distantes. Diz ser algo que o CRP SP precisa dar conta, pois,
1057 quando o plenário deliberou fazer o Plano de Ação de 2018, ele deliberou que o orçamento
1058 e o plano de trabalho seriam feitos juntos, configurando um único processo. A metodologia
1059 aprovada previa isso e, ao longo do caminho, a Diretoria, de forma unilateral, decidiu
1060 descolar um processo do outro, suspendendo um dos processos e prosseguindo com o
1061 outro, que os levou de novo a essa condição de ter um orçamento aprovado antes de
1062 pensarem o que deverá ser feito e o que desejam fazer com o recurso que têm disponível.
1063 Das sugestões apontadas, há um problema que precisam dar conta, pois se trata de um
1064 prejuízo, inclusive, do ponto de vista formativo, que foge à construção de uma cultura de
1065 planejamento no CRP SP. Tem uma expectativa alta em relação ao que estão construindo
1066 com a participação de Márcio Cruz, de que seja algo que permita, minimamente, avançar
1067 na perspectiva formativa as capacidades que o CRP SP tem de planejamento e de gestão.
1068 Considera fundamental, do ponto de vista formativo, a possibilidade de pensar em um
1069 instrumento de planejamento do tempo de gestão, que o Sistema ainda não incorpora, pelo
1070 menos não de forma formalizada. Receia que não tenham essa oportunidade se seguirem
1071 da maneira como foi recomendado. 3) Marcio Cruz comenta que está preocupado com o
1072 adiantado da hora, mas que irá responder aos questionamentos do conselheiro Vinicius
1073 Cesca. Para ele, as reflexões realizadas dialogam com sua outra preocupação. Diz que
1074 não considera adequado dizer que se trata de um problema deste Conselho, tampouco
1075 desta gestão ou das anteriores. É mais complexo do que há governabilidade para incidir
1076 sobre ele. É um desafio que se apresenta. A melhor experiência política que podem ter é a
1077 discussão do orçamento no sentido sistêmico da palavra, discutindo na base. Não
1078 consegue fazer porque tem questões de um observador particular do mundo que não está
1079 preparado, sistemicamente ele não está preparado. Então, precisam poupar a capacidade
1080 que tem, impossível dizer que tem a condição de coordenar que um grupo faça isso. O
1081 dado da realidade o diz que não dá para fazer assim. As sugestões que está apresentando
1082 dialogam com a realidade que tem, a realidade que estuda, conhece e participa. Concorde
1083 com os desafios apresentados por Vinicius Cesca e pode citar como exemplo o Orçamento

1084 do Plano Estratégico do Conselho Federal de Psicologia, que pode ser acessado no site
1085 deles, e apresenta os objetivos, os resultados e as metas. As ações não estão porque não
1086 faz sentido publicá-las, uma vez que não há governabilidade sobre o futuro e as ações
1087 podem ser alteradas. Mas, precisa assumir um compromisso público com as metas. Não
1088 faz planejamento de gaveta. No caso do CRP SP, os objetivos já estão no site, mas carece
1089 de mais algumas coisas. Propõe, nos planejamentos que atua, trazer algo de diferente,
1090 que ainda não ocorre, como um processo de aprendizado e não um processo de
1091 conclusão. Como seres humanos, há um tempo necessário para aprenderem as coisas, e
1092 cada um tempo um tempo particular. Precisa ter um processo de confiança de propósito
1093 consolidado para poder dizer que construirão um processo de aprendizado. Capacitam,
1094 discutem, aprendem, transferem competências e, então, começam a fazer. Precisam ter
1095 competência para compreender o que estão fazendo, que é de responsabilidade com o
1096 bem público. Em sua opinião, é preciso colocar alguns indicadores. Se dispõe a corroborar
1097 com o plenário, indicar autores nesse processo, do campo orçamentário, porque também
1098 trabalha com PPA no campo orçamentário. Estão falando de gestão pública. No caso
1099 específico de orçamento, está ausente na cultura, como foi mencionado. Quando criticam,
1100 dizem que não está, acha que o ideal é utilizar como oportunidade. Um conjunto de
1101 oportunidades que têm aqui. Então, quando fez a proposta, propôs uma linha arbitrária
1102 porque considera que o que foi feito está muito bom, politicamente traduz o COREP, é uma
1103 decisão política. Decidir o mérito das ações não é pouca coisa, porque o mérito das ações
1104 é o mérito político da decisão das ações, juntamente com os recursos necessários. Apenas
1105 sugere que não discutam a expressão orçamentária, mas tem que colocar os recursos
1106 materiais necessários, porque ajuda quando forem fazer a dotação orçamentária. O setor
1107 contábil terá que apresentar a expressão orçamentária daquilo que se planejou. Essa é a
1108 premissa que está propondo aqui. Precisa de um processo de aprendizagem mais efetivo
1109 de dar significado para as coisas. Precisam dar conta da categoria e da sociedade. Se
1110 ficarem pensando muito no interno, não darão conta das ações e tem ação muito
1111 importante, como algumas de direitos humanos para 2018 que não dá pra esperar discutir
1112 outras questões, precisam decidir para terem legitimidade para fazer. Pode continuar o
1113 debate sobre a questão. Tem o e-mail do conselheiro Vinicius Cesca e se dispõe a
1114 continuar o diálogo. Possui o nome de alguns autores que estão discutindo isso. Por fim,
1115 recomenda que as questões que não forem postas no território orçamentário tenham um
1116 prazo para serem declaradas até o final de fevereiro. Isso gera angústia, mas é temporal e
1117 será logo, porque há uma plenária agendada para logo após o Carnaval. A partir de
1118 fevereiro, saberão o que poderão efetivamente fazer, porque já terão a previsão de

1119 orçamento que terá para cada uma das áreas, que é provisória, porque a lei obriga que se
1120 entregue alguma coisa, ao menos um indicativo. O Regional apresentou o documento
1121 dentro dos prazos regimentais, mas fora dos prazos adequados. A questão do orçamento
1122 virou um problema porque é sempre uma previsão. Há uma previsão de que haverá um
1123 conjunto de recursos em caixa até o final do ano, que é o que vale pro CRP SP, para
1124 prefeituras, para o Governo Federal, mas há um conjunto de variáveis. Assim, a peça
1125 orçamentária é sempre uma previsão, não é categórica, tende a ser uma possibilidade. Há
1126 uma parte que está dentro da governabilidade do gestor, mas outra não está. Sobre as
1127 ações, não achou nenhum documento categórico que estabelecesse prazo. Se estão
1128 definindo ações para os anos de 2018 e 2019, há maiores possibilidades, porque estão
1129 trabalhando com duas previsões orçamentárias, amplia-se o potencial de ação. Algumas
1130 questões que sugeriu, que é importante que tomem a decisão de encaminhar porque
1131 incidirá na atividade que será realizada amanhã. Independente de qual seja a decisão, é
1132 importante que este plenário decida, para poderem trabalhar na outra atividade. 4) Evelyn
1133 Sayeg comenta que Marcio Cruz falou sobre a questão da previsão orçamentária, dos
1134 valores e sobre o processo de aprendizagem. Ficou pensando que, dentro do processo de
1135 aprendizagem, que é o processo cotidiano e permanente na gestão pública, precisam
1136 saber o valor das coisas pra poder utilizá-las da melhor forma possível, dentro dos
1137 parâmetros e das diretrizes da gestão pública. Trabalham com um recurso que é finito. Isso
1138 os coloca para produzir pensamentos e ações mais econômicas que dialogam com a
1139 economicidade, que é uma das diretrizes principais na gestão pública. E trabalhando com
1140 isso, entende que é este o processo de aprendizagem, é conseguirem atuar diante do
1141 limite que têm dentro de uma determinada gestão, mas produzindo ações que vão para
1142 além daquilo que já foi feito. Se trata de uma gestão eleita dentro de diretrizes de
1143 esquerda, que têm muito bem objetivado quais são os seus princípios, que se identificam
1144 com um posicionamento, uma ideologia. Dentro do cenário atual, do contexto nacional de
1145 todas as instituições, e de definição da democracia e tudo que está sendo dispendioso
1146 dentro do processo político do país, pensa que tem uma instituição muito valiosa, tanto o
1147 Conselho Regional de São Paulo, como outros Conselhos e outras poucas instituições que
1148 sobraram nesse meio do caminho. Esse processo de aprendizagem para chegarem às
1149 ações que, de fato, traduzam aquilo que desejam para a categoria e sociedade e que
1150 precisa de um limite. Se não sabem o preço de cada coisa, como poderão saber para onde
1151 direcionar a energia ou o nosso recurso financeiro. Pensa que quando há uma limitação
1152 orçamentária, produzem algo que é mais valioso no país atualmente, que é produzir
1153 pensamento político e ações que de fato atuem no envolvimento político e não de

1154 consumo. Quando trabalham com um recurso reduzido, às vezes, conseguem atingir um
1155 envolvimento político que vai além da atuação de forma consumista. Com base no que
1156 testemunhou do planejamento com que atuavam até pouco tempo atrás, do que
1157 conseguiram fazer no ano passado, sua preocupação é como trabalharão com a previsão
1158 de ações, se não sabem o valor das coisas. Para ela, é muito difícil incidir sobre essas
1159 duas coisas. Por mais que pensem sobre as ações, quantificando, é lógico que precisa-se
1160 ter uma mínima flexibilidade diante disso, porque o contexto político e administrativo das
1161 ações muitas vezes não é predeterminado, não dá para se ter certeza. Mas entende que
1162 conseguem direcionar de alguma forma, se tem a valoração das coisas. 5) Marcio Cruz
1163 pede que se estabeleça um tempo para finalização da discussão e definição, porque ainda
1164 precisará fazer algumas coisas antes da atividade que será realizada no sábado e também
1165 precisa dormir. 6) Beatriz Brambilla menciona que fez alguns apontamentos metodológicos
1166 que são importantes. Queria entender um pouco mais sobre a discussão das diretrizes e
1167 das metas, entende que trabalharão na ideia de construção delas. Então, sugere, se
1168 possível na atividade de sábado, que se pudesse exemplificar o que seria ação, o que
1169 seria o objetivo, a diretriz, a meta, e a ideia do responsável. Seria bom poder trabalhar com
1170 uma lógica de exemplificação, pois considera que os ajudaria a construir. Há, também a
1171 questão de se ter a possibilidade de inclusão de novas propostas, especialmente, com
1172 demandas de APAF e do CREPOP, que ocorreram no final do ano passado. Relata que a
1173 Comissão de Políticas Públicas tem pesquisas para realizar. Entendeu que pensar esses
1174 resultados de maneira integrada fará com que consigam compreender qual é o horizonte
1175 político diante desse resultado. Então, para ela, faz sentido fazer a discussão sob o ponto
1176 de vista significativo do debate da ação, o que garantiria o debate de 2018 e 2019. Sobre
1177 uma possível discussão sobre a previsão orçamentária, questiona se há alguma estratégia
1178 para pensar isso, porque no primeiro planejamento havia uma discussão forte de que já
1179 tinham extrapolado o valor, mas, ao mesmo tempo, percebem, olhando para como
1180 executaram o último ano, que não conseguiram empenhar todo o recurso que tinham.
1181 Então, talvez seja o caso de pensar um pouco sobre como fazer, talvez, pensar na ação e
1182 cada unidade gestora avalia, posteriormente, como construir a peça orçamentária,
1183 considerando as questões políticas e o impacto de cada um desses resultados. Questiona
1184 se há alguma proposta de como construir a previsão orçamentária trabalhando com o
1185 debate da ação e não do detalhamento da execução. 7) Vinicius Cesca se conterà, por
1186 conta do tempo, mas entende que esse é um debate que seria importante ser feito. Mas
1187 concorda que não seja feito nesta ocasião. Algumas considerações, para sustentar e
1188 dialogar com algumas questões. Parte da leitura que o déficit de cultura de planejamento

1189 não é uma questão exclusiva desta instituição, mas faria outras medições antes de dizer
1190 que é um problema da cultura ocidental. Estava focado no problema concreto, mas vêm
1191 expressões disso de diversas outras maneiras na realidade da administração pública,
1192 mesmo nas experiências mais interessantes que possam ter de um planejamento
1193 participativo. Neste caminho, assumindo que estão no mesmo lugar, de quem acredita que
1194 a gestão da coisa pública é um instrumento que não a finalidade em si mesma, é um
1195 instrumento que pode contribuir pra outra sociabilidade, outra sociedade que seja mais
1196 justa, mais solidária. A expressão pública inicial desse debate, para outro viés, como a
1197 década de 90, foi inundada por esse discurso de planejamento, na lógica da reforma
1198 gerencial do estado, que acaba usando uma gramática muito próxima dessa que estão
1199 utilizando aqui, mas com outra concepção absolutamente distinta de política e de fazer
1200 gestão da coisa pública. Mas, considera que é um campo que ainda fica nebuloso em
1201 muitos sentidos. Às vezes, se não tomam alguns cuidados falando dessas questões, fica
1202 difícil distinguir algumas falas deste plenário das de Floriano Pesaro, por exemplo. Tentará
1203 manter a postura nessa lógica gerencial. Há um elemento que distingue esta preocupação
1204 formativa, que é um princípio da participação enquanto valor do qual não abrem mão. Não
1205 há nenhuma divergência nesse sentido, somente uma leve divergência quando para
1206 poderem distinguir o fazer a crítica e o tomar como oportunidade ou o investimento em
1207 uma formação de um sujeito histórico que de fato não dispõe de recursos para lidar com
1208 esses processos. Historicamente, ele precisou ser mantido distante desse tipo de
1209 processo, como momentos distintos. Parte da perspectiva de que as pessoas aprenderão
1210 fazendo, e errando, inclusive. Não pensando enquanto tarefa, mas enquanto processo que
1211 qualifica politicamente. Quando apontou, por exemplo, de deixarem no campo das metas
1212 inconcluso o debate que realizaram. Talvez, do ponto de vista formal, fosse necessário
1213 algo que expressasse isso, mas considera que seria muito mais prejudicial fazer isso de
1214 forma artificial do que tentar fazer e não conseguir finalizar. Mas, nesse processo,
1215 podendo, minimamente se apropriar desses elementos e desse debate. Pensando na
1216 aprendizagem enquanto processo de ação e não como um momento que precede a ação.
1217 Não acha que seja pouco fazer o debate do mérito político das ações, mas não acha que
1218 seja suficiente. Não que, necessariamente, precise ser dessa forma, mas a tendência de
1219 que seja é muito grande. E reforça o mito de que o processo de transformar esse debate
1220 político em uma expressão orçamentária seja algo que está no campo do técnico, algo que
1221 não é político. Que o papel da gestão é fazer um debate político, que dá conta dessa
1222 tarefa. Até na perspectiva apontada, do ponto de vista da precisão de um instrumento
1223 orçamentário feito por uma equipe técnica especializada, ele pode ser muito bem acabado,

1224 mas não acredita que esta forma contribui para que, coletivamente, as pessoas possam se
1225 apropriar do processo. Então, considera importante que não se faça de forma tão
1226 dissociada. Sobre a temporalidade, em dezembro, após a saída de Márcio Cruz da
1227 plenária, discutiram sobre o cronograma e ficou indicado que em 20 de janeiro concluiriam
1228 o processo. Então, entendeu que até essa data finalizariam tudo que precisava ser feito.
1229 Mas, no que está sendo sugerido, esse não seria o prazo derradeiro. Esse momento está
1230 sendo postergado para fevereiro, o que pode trazer problemas operacionais. É um debate
1231 que o plenário pode fazer e tomar uma decisão. Então, se amanhã se dedicam a discutir o
1232 mérito político, no outro momento, podem fazer essa discussão mais atrelada ao
1233 financeiro, administrativo e político. Sua preocupação, de qualquer maneira, é que isso não
1234 seja tratado como questões dissociadas, sendo que uma estaria no campo do debate
1235 político que as pessoas conseguem fazer com muita qualidade e a outra continuaria no
1236 lugar distante, dissociado, técnico especializado, frio, como se não dissesse respeito ao
1237 plenário. A partir do valor que entende que distingue esse debate que estão fazendo, que é
1238 o da participação e o do aprender participando, fazendo, inclusive, com a possibilidade de
1239 ter que lidar com a possibilidade de não darem conta de fazer, por não terem capacidade
1240 para isso. Lidam com essa questão e fazem o que conseguem fazer e o que conseguem
1241 aprender. 8) Bruna Falleiros comenta que dialogará com o que foi exposto pela Evelyn
1242 Sayeg e pela conselheira Beatriz Brambilla, mas com perspectivas completamente
1243 diferentes. A respeito do último Planejamento Estratégico, comenta que chegaram a um
1244 impasse, pois havia muitas ações orçadas com um valor altíssimo e a impossibilidade de
1245 fechar a conta dentro do que vislumbravam ser um orçamento. A discrepância era gigante.
1246 Então, quando Beatriz Brambilla apresenta esse problema, ela diz que ela entende que no
1247 ano anterior houve sobra de recurso, porque não executaram as ações. Entende que é
1248 muito simplista analisar dessa forma, e que há outras tantas formas de analisar isso. Como
1249 a análise de que não executaram as ações porque tinham muitas ações e caem no risco
1250 de cometer o mesmo equívoco desta vez, entendendo que não precisam se preocupar
1251 com orçamento. Tentarão executar as ações, garantindo que todas as ações que estavam
1252 propostas e entendiam que deveriam ser reduzidas, permaneçam nesse planejamento.
1253 Entende que é impraticável pensar em uma coisa desatrelada da outra. Considera
1254 impraticável. Não têm como dizer o que ocorreu com o orçamento do ano passado porque
1255 não têm o dado concreto de quanto de fato o CRP gastou, supõem esse dado, não foi
1256 tratado em plenária. Se alguém tem esse dado, ele não está compartilhado porque
1257 aprovarão as contas do ano anterior em alguns meses. Se há dinheiro em caixa referente
1258 ao ano de 2017, também é porque desde agosto as ajudas de custo de todas as pessoas

1259 que participaram de evento ou de colaboradoras/es, de conselheiras/os e de comissões
1260 gestoras não foram ressarcidas. Supõe que isso possa chegar, fazendo uma suposição
1261 baseado no que tem a receber, em cerca de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), que sairão
1262 do orçamento de 2018. Haverá uma sobra no orçamento de 2017, mas porque as ações
1263 executadas não foram ressarcidas e terão que sair do orçamento de 2018. Isso reduz
1264 ainda mais a possibilidade de ações que temos. Não podem ir para o Planejamento
1265 Estratégico sem ter essa preocupação em mente. 9) Vinicius Cesca informa que para
1266 dialogar com o que foi exposto, na construção do plano de ação de 2017, houve o
1267 momento em que um membro de uma comissão defendia a impressão de 90.000 (noventa
1268 mil) exemplares de uma publicação. O mérito político da publicação era inquestionável
1269 dentro do coletivo, mas não é possível definir sem atrelar, minimamente, ao domínio ou
1270 uma apropriação do que aquilo expressa em termos de orçamento. Isso significava um
1271 gasto maior do que havia disponível em termos de recurso para publicações ao longo de
1272 todo ano. Seguir com a sugestão significava abrir mão de realizar todo o resto. Reduzir a
1273 quantidade, nesse caso, não é sabotar ou boicotar ou não concordar com o mérito político
1274 da ação, mas é pensar que é o jeito possível de fazer isso, mantendo outras ações que
1275 também são importantes. 10) Marcio Cruz diz que tem distinções para entender o debate e
1276 o momento que o plenário está. Participou da mesma plenária e não precisa ter
1277 detalhes, o que está posto aqui é muito difícil de trabalhar. A primeira coisa que pede
1278 é uma grande colaboração coletiva para facilitar o seu trabalho. Considera que há um
1279 conjunto de teses que podem continuar discutindo, porque têm um território do observador.
1280 Às vezes, não há uma conclusão de como as coisas podem ser e devem ser. Não há o que
1281 fazer, precisa respeitar a coerência e terminar. Precisam acolher isso e decidir e nem
1282 sempre acertar, aliás, muitas vezes errar, na grande maioria das vezes erra. Então
1283 precisam decidir e encaminhar porque a consequência é para o espaço público, não é para
1284 as opiniões dos indivíduos e dos grupos. Quem sofre as consequências é o público, é a
1285 quem se refere. Então, se propõe a voltar para casa e propor várias questões para a
1286 atividade de amanhã, mas está aqui em um diálogo do território das ideias. Um conjunto de
1287 problemas que tem mais de uma solução, e isso segundo a própria Psicologia. São
1288 soluções que o plenário está vendo, e, ao seu ver, vale a pena refletir sobre elas, porque
1289 não dão conta da inquietude que têm. Exemplifica: é importante saber o preço das coisas.
1290 O CRP SP tem, inclusive, licitações antigas, pública. É uma oportunidade, é uma solução
1291 para dar conta de uma inquietude que é legítima. As distinções que os observadores têm
1292 do mundo, o conhecimento que os observadores têm do mundo, os ajudam a atuar no
1293 meio, no mundo. Entre as distinções é importante, mas nem todo conhecimento é uma

1294 distinção clara. Então, construir distinções é um processo complexo. E, não
1295 necessariamente gera aprendizagem. Em um processo de educação, considerando que é
1296 da área da educação popular, respeitam muito o tempo da pessoa, pois, cada um tem um
1297 tempo, cada tem uma história. Quando traz essa reflexão para o território coletivo, tem que
1298 trazer isso junto. Trabalhou em área administrativa por muitos anos, considera que se trata
1299 de uma máquina de triturar, os indivíduos somem em uma concepção única de ser feito
1300 para ontem e pra já. Há debates que estão postos neste momento que devem voltar. Mas,
1301 não acho que se resolvem agora. Diz que não propõe que o orçamento não seja político, é
1302 o plenário que deve decidir. Quem faz o debate político da discussão do seu orçamento de
1303 maneira efetiva é o plenário, não é uma discussão técnica, como acontece em muitas
1304 administrações municipais. Estão em um momento de contestação, e farão o debate
1305 político no momento de aprovação do orçamento. Então, é efetivamente político na
1306 perspectiva que está apresentando. Faz essa defesa, que pra decidir o mérito das ações, a
1307 importância das ações, não entrem no aspecto orçamentário, porque acho que as pessoas
1308 não têm distinções pra fazer isso. E obrigá-las a fazer não é correto, porque a obrigação
1309 nunca é educativa. A educação é um processo de adesão do indivíduo para a
1310 aprendizagem e não o inverso. Se o indivíduo não adere ao processo de aprendizagem,
1311 não há educação. Então é preciso ter um impacto sobre todo mundo, todas/os aceitando
1312 topa fazer aderindo à ideia. Se nem todas/os quiserem, não funciona, não tem processo
1313 educativo. É como consideram quem atua no território da produção de conhecimento
1314 coletivo e da aprendizagem contínua. Sobre as diretrizes e metas, diz não estar propondo
1315 outro trabalho formal com o CRP SP, isso integrará a produção do seu relatório final, após
1316 a atividade de sábado. Não está prevista nessa perspectiva a discussão sobre metas e
1317 diretrizes, mas pode fazer um conjunto de recomendações em seu relatório, para que
1318 enviem as diretrizes na produção que fizeram. Mas não trouxe porque não houve
1319 aprovação de quais seriam essas diretrizes. Mas leu conteúdos de diretrizes bastante
1320 significativos, pode mencionar e sugerir que a parte do contexto seja diretriz. As metas,
1321 evidentemente, irá recomendar, como já falou no início, pois precisa tê-las para as ações.
1322 Sobre a proposta de poderem incluir novas ações, entende que se adotarem que o
1323 Planejamento é até 2019, podem incluir ações. Se fizerem isso, tem que lidar com um
1324 dado objetivo, que é o orçamento, que é limitado. Há ações que realizam e outras que não
1325 porque não dialogam mais com o resultado e com meta porque a conjuntura mudou, a vida
1326 mudou, as relações mudaram. Ou seja, não é mais efetivo. O eixo central do debate que
1327 estão travando aqui é que não há um resultado estratégico, quando o que é mais
1328 importante é o resultado estratégico, é ele que diz a ação será realizada, não o inverso. É

1329 o processo que constrói resultado. O Brasil discute orçamento público pelo gasto, não
1330 pelas entradas. Relata que a principal dívida ativa do estado é o ICMS, que é exclusivo do
1331 estado e que todas/os pagam quando compram qualquer coisa, é um imposto injusto
1332 porque ele é o mesmo para todas/os, independente da classe social. Há uma cultura de
1333 somente olhar para o gasto no ponto, e não de olhar de onde vem, como faz. Esse debate
1334 é cultural e sistêmico. Precisam voltar a discutir essas coisas pra poder trazer esse debate,
1335 essas distinções. Francamente, se dispõe a colaborar com este plenário, porque assim
1336 como foi dito por Evelyn Sayeg, vê como uma enorme oportunidade pelo tamanho da
1337 conjuntura que têm e que precisam lidar. Não são poucas as tarefas que a conjuntura os
1338 impõem como sujeitos políticos e históricos que são. Acredita que é possível. O conjunto
1339 do conteúdo que este Conselho já tem, que foi produzido coletivamente, é bastante
1340 significativo. E o que precisam neste momento é pactuar em partes e de acordo com a
1341 realidade, da forma como ela se apresenta. Por isso a recomendação de fazer o debate
1342 político do mérito e que tem sim decisões a respeito dos recursos. E fazer o debate
1343 político orçamentário no plenário e não com todas as cerca de 100 (cem) pessoas que
1344 participarão da atividade amanhã, pois não conseguirão. Por último, relata que tempo é
1345 físico e estão tentando finalizar o que não conseguiram fazer da outra vez, porque, da
1346 maneira como fizeram, analisando uma a uma as ações, não dá pra fazer.
1347 Metodologicamente, é muito difícil ter que discutir o detalhe específico do valor
1348 orçamentário que acreditam ser possível ter. É preciso ter um orçamento completo
1349 publicado. Depois de aprovar, é importante divulgar e ter isso. É importante dominarem um
1350 conjunto de informações e o uso que fazem depende do tamanho da responsabilidade que
1351 cada um tem. Reforça que sua sugestão é de que, amanhã, encaminhem as ações e
1352 façam o debate orçamentário no momento oportuno. Relata que precisa sair da plenária e
1353 acredita que as questões de esclarecimento metodológico do conteúdo já foram
1354 apresentadas. Espera que na atividade do dia seguinte passam concluir, efetivamente,
1355 essa parte do plano de ações. Tentou garantir o território metodológico e técnico do debate
1356 político. 11) Guilherme Raggi diz que antes de Márcio Cruz se retirar, precisam definir as
1357 questões que apresentou como recomendações de encaminhamento. Assim, propõe que
1358 possam avaliar e apreciar em bloco, por entender que é um trabalho complexo feito por
1359 Márcio. Se ninguém tiver nenhuma ressalva, sua proposta é que apreciem em bloco as
1360 recomendações. 12) Vinicius Cesca diz que suspeita da impossibilidade de aprovar em
1361 bloco, partindo da premissa que, pessoalmente, não conseguiria aprová-lo inteiro como foi
1362 encaminhado, mas também não gostaria de votar contrário a proposta por inteiro porque
1363 isso não expressaria exatamente o seu posicionamento diante da discussão. De qualquer

1364 forma, pede que sejam rerepresentadas as recomendações para que possam, de fato,
1365 encaminhar. Mas, defende que não seja feito em bloco partindo da impressão, pelo debate
1366 realizado, de que a proposta não é aprovável ou reprovável por completo como um bloco
1367 monolítico. 13) Guilherme Raggi faz a síntese das recomendações: **1)** Transformar os
1368 Eixos em Objetivos Estratégicos, com alteração de texto no que configurava o Eixo 4. **2)**
1369 Transformar o que chamavam de “Objetivos” em “Resultados”. **3)** Colocar temporalidade
1370 nas ações. **4)** Aprovação do mérito das ações na atividade que será realizada no dia
1371 seguinte, podendo, assim, já começarem a executá-las. **5)** O cronograma apresentado.
1372 14) Luciana Stoppa retoma a sugestão de aprovação em bloco das sugestões. 15) Vinicius
1373 Cesca sugere, alternativamente, que se aprove as sugestões 1 e 2 (que transformam os
1374 Eixos em Objetivos Estratégicos e os Objetivos em Resultados. Reformula a proposta 3, da
1375 temporalidade, reconhecendo os objetivos e resultados referentes ao tempo de gestão mas
1376 as ações serem de temporalidade anual e não coincidindo com o tempo de gestão.
1377 Descarta por completo a proposta 4, fazendo a proposta de que, o que foi chamado no
1378 Cronograma de plenária a ser realizada no dia 20 de janeiro, que façam a discussão do
1379 mérito das ações e do seu orçamento, necessariamente de forma articulada. Quanto a
1380 proposta 5, do Cronograma, não defenderá ferrenhamente, mas não vê necessidade desse
1381 primeiro seminário de avaliação a ser realizado já em junho. Ainda, que o de outubro não
1382 seja nesse mês, porque, pelo cronograma, precisam construir o orçamento nessa época,
1383 assim, entende que esse seminário deve ocorrer antes. Outubro é o prazo limite de
1384 aprovação do orçamento e acho que vou continuar defendendo em todas as oportunidades
1385 possíveis que o orçamento não seja construído descolado de uma avaliação das ações
1386 realizadas. A proposta de um seminário de avaliação em fevereiro de 2019 lhe parece
1387 interessante, apesar de próximo do anterior, porque ele remete a um momento pré-
1388 congressual. O último ano tem uma duração menor, então faz sentido. Mas, no
1389 cronograma proposto, acha desnecessário que tenha dois momentos nesse processo de
1390 avaliação em junho e outubro. Atualmente, não fazem nenhum, então, fazer já está de bom
1391 tamanho. Reformula sua proposta para somente alterar no cronograma os meses de
1392 avaliação de junho e outubro para agosto ou setembro de 2018 e mantendo fevereiro de
1393 2019. 16) Maria Rozineti Gonçalves esclarece que quando pensaram nesses momentos de
1394 avaliação, pensaram em casar com o Fórum de Gestores, pensando que poderia ser
1395 discutido dentro de uma metodologia participativa. Mas pode ser de outra forma, não
1396 necessariamente presencial. 17) Vinicius Cesca diz que, diante desse esclarecimentos,
1397 junho passa a fazer um outro sentido. Quanto a outubro, continua sendo um problema do
1398 ponto de vista do tempo normativo. Fazer a avaliação em outubro os coloca novamente em

1399 uma situação de estarem discutindo um orçamento completamente descolado do debate
1400 sobre avaliação daquilo que fazem. Ainda não têm um calendário de Fórum de Gestores
1401 para o segundo semestre. Então, pode passar a ser em setembro, sem nenhuma
1402 dificuldade, porque não precisariam mexer em nada. Ainda discutirão isso em outro
1403 momento. Considera que outubro é um tempo inadequado. E junho, se for nesse contexto
1404 de uma avaliação gradual passa a assumir outro sentido. 18) Guilherme Raggi relata que
1405 então há duas propostas: 1) aprovar em bloco todas as recomendações de Márcio Cruz e
1406 2) Aprovar as propostas 1 e 2, descartar a propostas 3, tornando as ações anuais,
1407 descartar a proposta 4, na medida em que defende que se discuta o mérito e orçamento; e
1408 alterar uma das datas expostas no Cronograma da proposta 5, alterando de outubro para
1409 setembro um dos seminários de avaliação. 19) Vinicius Cesca diz que, na medida em que
1410 há concordância, nas duas propostas, de aprovação das recomendações 1 e 2, podem
1411 entender que há consenso. Portanto, não há necessidade de coloca-las em discussão. Há
1412 divergências que não foram sanadas nos outros três pontos. Não sabe se a questão do
1413 calendário é possível de consensuar, pode ser um caminho. Então, só precisariam discutir
1414 o mérito das outras duas questões. Então, há duas ou três questões a resolver com duas
1415 alternativas. Assim, pede que resolvam as questões uma a uma. Questiona se é possível
1416 consensuar o cronograma com essa pequena alteração de adiantar o seminário de
1417 avaliação de outubro para o mês anterior. 20) Luciana Stoppa sugere que aprove com a
1418 ressalva de que podem repensar juntos este calendário. Faz essa sugestão mantendo a
1419 proposta de aprovação em bloco. Considera que não há problema de aprovar com a
1420 ressalva de que podem pensar juntos no cronograma. 21) Guilherme Raggi diz que talvez
1421 precisem do calendário do segundo semestre, para definir isso, de fato. Mas, podem
1422 propor que essa discussão seja feita posteriormente, quando forem, de fato, fazer o
1423 calendário do segundo semestre. Mantém a proposição do bloco para que não tome muito
1424 do horário que já está bastante avançado. 22) Vinicius Cesca diz que, metodologicamente,
1425 é a mesma coisa, mas a outra forma explicita melhor a divergência. Sugere, como
1426 alternativa, considerando que não definirão o calendário neste momento, que apenas fique
1427 indicado, que apenas se explicita que terão momentos de avaliação que serão decididos.
1428 Porque não faz sentido manter, se o momento de decisão será outro. Assim, que se
1429 comprometam a fazer, ao menos, dois momentos de avaliação. 23) Luciana Stoppa diz
1430 que estão decidindo que será com ressalvas, podendo haver alteração no proposto para o
1431 mês de outubro. 24) Vinicius Cesca diz que não acordam e, assim, defenderá em seu
1432 bloco que seja em setembro. 25) Guilherme Raggi coloca para votação os dois blocos de
1433 propostas. Aberto à votação: 12 (doze) votos a favor da proposta de Márcio Cruz, 07 (sete)

1434 votos na proposta apresentada por Vinicius Cesca e 02 (duas) abstenções.
1435 **Encaminhamento:** O plenário aprova as recomendações apresentadas por Márcio Cruz:
1436 a) Transformar os Eixos em Objetivos Estratégicos, com alteração de texto no que
1437 configurava o Eixo 4; b) Transformar o que chamavam de “Objetivos” em “Resultados”; c)
1438 Colocar temporalidade nas ações; d) aprovação do mérito das ações na atividade que será
1439 realizada no dia seguinte, podendo, assim, já começarem a executá-las; 5) O cronograma
1440 apresentado: a) 19 de janeiro - Apresentação ao Plenário das Recomendações da Diretoria
1441 para encaminhamento das recomendações; b) Encontro dia 20 de janeiro - conclusão da
1442 definição das ações a partir do “objetivo 7” do Eixo 1; c) Plenário do CRP em fevereiro -
1443 aprovação do Orçamento para o exercício de 2018; d) Junho de 2018, Outubro de 2018 e
1444 fevereiro de 2019 - Seminário de avaliação e atualização do Planejamento em relação aos
1445 objetivos e resultados definidos, com a ressalva da possibilidade de alterar a atividade
1446 agendada para outubro. **VIII) RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS,**
1447 **PERMANENTES, NÚCLEOS TEMÁTICOS, GTs E REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS**
1448 **DE CONTROLE SOCIAL** – Luciana Stoppa comenta que haviam consensuado passar o
1449 ponto de Recomposições priorizando a Comissão Gestora do Vale do Paraíba e Litoral
1450 Norte e a Comissão de Ética. Menciona ter uma ressalva, pois já são 23 horas e 10
1451 minutos e não passarão das 23 horas e 30 trinta minutos, porque as trabalhadoras
1452 presentes precisam ir embora para descansarem e, amanhã, voltarem ao trabalho.
1453 Considerações do plenário: 1) Regiane Piva sugere que, além dessas duas Comissões
1454 que já haviam acordado, que passassem as demais em bloco. 2) Luciana Stoppa entende
1455 que esse pode ser um encaminhamento. 3) Maria Rozineti Gonçalves comenta que
1456 concorda com as aprovações em bloco, exceto a discussão sobre a Comissão Gestora da
1457 Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte. Destaca o que já foi apontado, que terão apenas
1458 mais 20 (vinte) minutos para concluir isso. **8.1) Comissão de Ética** – Indica-se a exclusão
1459 das/os membros Fatima Regina Burlamaqui Lima (06/131382), Juliana Thomaz Batista
1460 (06/107680), Plinio Barbosa Bronzeri (06/85122), Tatiana Barricelli Vaz (06/89461) e
1461 Thiago Bloss de Araujo (06/109960). Ainda, indica-se a inclusão, como colaboradoras/es
1462 de CI na sede, Alice Regina Cavalcante de Vasconcelos (06/140521), Edna Vitorino do
1463 Nascimento (06/29165), Marina Santana Marinho (06/135722), Raquel Gonçalves
1464 Lourenço (06/140546) e Rosenauma Santos de Araújo (06/129484). Solicita-se a alteração
1465 de colaborador de CI para defensor dativo de Danilo Salles Faizibaioff (06/102676).
1466 **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões, inclusões e alterações indicadas. 8.1.1)
1467 Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte – Indica-se a exclusão das membros Francine
1468 Cristina Prolungati de Oliveira Araújo (06/85073) e Marília Capponi (06/81224).

1469 **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões indicadas. 8.1.2) Subsede Grande ABC –
1470 Indica-se a exclusão, enquanto membro, de Ana Paula Camargo (06/81224).
1471 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão proposta. **8.1) Vale do Paraíba e Litoral Norte -**
1472 Luciana Stoppa pondera que a conselheira Bruna Falleiros fez algumas propostas de
1473 alteração na Comissão Gestora da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte e entende
1474 que não podem fazer essas exclusões sem um amplo debate. Somente têm mais 20 (vinte)
1475 minutos de plenária e não conseguirão terminar isso. Essa discussão precisa ser feita e
1476 contemplar o diálogo da Diretoria com a Comissão Gestora e não podem omitir do plenário
1477 as questões que dialogaram, mas não dará tempo de fazer nesta plenária, encerrando-a às
1478 23 horas e 30 minutos. Considerações do plenário: 1) Bruna Falleiros diz que a pauta
1479 precisa ser feita nesta plenária porque pactuaram dessa forma. Novamente, a presidenta
1480 usa um tom autoritário, inclusive houve uma troca de olhares sobre uma mensagem de
1481 *Whatsapp* de que precisavam alterar o encaminhamento. Acabaram de falar uma coisa, e
1482 agora mudam. Precisam sustentar o que falam. Relata que Lauren Mariana Mennocchi e
1483 Marília Capponi se retiraram completamente de todas as ações do CRP SP e já solicitaram
1484 suas exclusões em mais de uma ocasião. Portanto, pede que definam entre ela e Juliel
1485 Modesto de Araujo quem deverá permanecer. 2) Regiane Piva diz que gostaria de
1486 entender o que está acontecendo. 3) Bruna Falleiros diz que a Diretoria interferiu em uma
1487 dinâmica e rompeu com as relação que haviam na Comissão Gestora da subsede. 4)
1488 Regiane Piva diz que precisam pactuar se, a partir desse momento, alterarão o horário de
1489 término da plenária, considerando que há um compromisso com as funcionárias. Gostaria
1490 também de entender o ponto de vista da Diretoria. Se precisará tomar uma decisão,
1491 precisa entender. Se depende de um debate, não é consensual. Retira sua proposta de
1492 discutirem em bloco. 5) Bruna Falleiros diz que há três indicações de exclusão a pedido,
1493 sendo duas reiteradas. A outra é uma condicional de “ou a Bruna sai da Comissão, ou eu
1494 saio”. Assim, entende que não é para se debater, é uma decisão, uma votação. 6) Regiane
1495 Piva comenta para entrarem no debate, precisam pactuar o horário. Poderá ficar além do
1496 pré-estabelecido, mas precisam ter consideração com as trabalhadoras, pois tem sido
1497 muito desgastante. 7) Bruna Falleiros resume que já fez sua apresentação sobre o ponto.
1498 É isso que tinha para dizer. Para ela, não faz sentido que discutam a solicitação reiterada
1499 de duas pessoas. 8) Luciana Stoppa menciona que tem questões para apresentar ao
1500 plenário, mas que não daria tempo de apresentar em 15 (quinze) minutos. Inclusive,
1501 questões que contrariam essa informação de pedidos reiterados, e-mails das pessoas que
1502 os mandaram informações. 9) Bruna Falleiros diz que mandaram as informações, com
1503 cópia até para funcionárias/os, reiteradamente, solicitando a exclusão de todas as

1504 atividades. 10) Luciana Stoppa questiona se mandam com cópia pra todas/os os
1505 trabalhadoras/es do Conselho. 11) Bruna Falleiros diz que não disse isso. Pede que escute
1506 o que ela fala, sem falar junto. 12) Luciana Stoppa diz que não discutirão esse ponto neste
1507 momento. 13) Maria Rozineti Gonçalves questiona se é possível fazer esse ponto em 15
1508 (quinze) minutos. 14) Bruna Falleiros responde que irá fazer em 15 minutos. É a
1509 coordenadora dessa subsede e está há dois meses sofrendo pela opressão que a
1510 causaram e permanecem a causando e deseja que isso seja resolvido. 15) Maria Rozineti
1511 diz entender o posicionamento de Bruna Falleiros e questiona se pactuarão que o restante
1512 será aprovado em bloco. 16) Evelyn Sayeg questiona se não farão a leitura das
1513 mensagens. 17) Maria Rozineti entende que em 15 (quinze) minutos não dará tempo. 18)
1514 Evelyn Sayeg explica que há informações divergentes. Deve ser por isso que a Bruna
1515 Falleiros fala que Marília Capponi se retirou. 19) Maria Rozineti diz que abrirão para
1516 discussão de 15 (quinze) minutos, a respeito da Comissão Gestora do Vale do Paraíba e
1517 Litoral Norte, as demais, aprovarão em bloco. Questiona se podem seguir assim. 20)
1518 Vinicius Cesca responde que foi feita uma pactuação de que no ponto de recomposições
1519 discutiríamos duas comissões prioritariamente, e, depois, as demais. Agora, tentam inverter
1520 sem consulta ao plenário. Não irá votar em bloco e tem sugestões alternativas, inclusive.
1521 Se forem mesmo fazer essa discussão, que a façam na sequência, que era como já tinham
1522 combinado. 21) Maria Rozineti Gonçalves questiona se Vinicius Cesca é contrário a
1523 aprovação em bloco, a exceção da recomposição na Subsede Vale do Paraíba e Litoral
1524 Norte. 22) Vinicius Cesca responde que há debates a serem feitos no ponto de
1525 Recomposições, que não é somente aceitar da maneira como está sugerido. Entende que
1526 estão atravancando um outro debate sobre uma Comissão. 23) Maria Rozineti Gonçalves
1527 responde que não estão atravancando, estão tentando continuar os trabalhos do
1528 Conselho. A Comissão de Ética e as Comissões de Instrução precisam caminhar. 24)
1529 Bruna Falleiros responde que já haviam pactuado a discussão a respeito da subsede do
1530 Vale do Paraíba e Litoral Norte desde a última plenária. 25) Bruna Falleiros pontua que se
1531 quiserem votar por sua retirada da Comissão Gestora, que já votem. 26) Maria Rozineti
1532 Gonçalves comenta que precisam, nesses 15 (quinze) minutos dar conta da discussão.
1533 Retoma que Bruna Falleiros fez sua argumentação, indicando que houve pedido de
1534 exclusão por parte dessas pessoas. Mas, há todo um cenário, que é bastante delicado e
1535 de muito sofrimento, não somente para a conselheira Bruna Falleiros. Entende que tem o
1536 sofrimento de muita gente que está vivendo a situação dessa Comissão Gestora, por
1537 estarem vivendo uma situação bastante desconfortável e de muita tensão. 27) Bruna
1538 Falleiros se desculpa por interromper Maria Rozineti, mas diz que ela está narrando a

1539 situação a partir do momento em que a Diretoria entrevistou. 28) Maria Rozinetti diz que estava
1540 se referindo a um cenário anterior àquele do diálogo. 29) Bruna Falleiros diz que Maria
1541 Rozinetti está dizendo coisas que são inverídicas. A sua intenção é que votem e resolvam.
1542 Porque esse processo todo não está de forma alguma sendo justo com ela. Nem essas
1543 falas, nem o processo que enfrentou durante esse tempo todo estão sendo justos. 30)
1544 Luciana Stoppa diz que pode, então, discutir justiça. 31) Bruna Falleiros questiona o que
1545 Luciana Stoppa está querendo inferir. Pede que ela não insinue, diga. Está dizendo com
1546 todas as palavras e a conselheira Luciana Stoppa está insinuando. Assim, questiona
1547 quando que ela faltou com justiça. 32) Maria Rozinetti diz que o mesmo sofrimento que
1548 Bruna Falleiros está enfrentando, as outras pessoas também estão tendo. Já narravam
1549 isso antes da conversa da Diretoria com a Comissão Gestora. 33) Bruna Falleiros diz que
1550 estão todos sofrendo. São 5 (cinco) pessoas. Relata que há uma pessoa no Núcleo de
1551 Sexualidade e Gênero que, quando houve o golpe e toda aquela situação, manteve a ética
1552 e a postura de não misturar as coisas, tanto no Núcleo Sexualidade e Gênero quanto na
1553 Comissão Gestora da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Claro que não ficou
1554 igual. As pessoas mudaram com ela, claramente, porque grande parte das pessoas do
1555 Núcleo Sexualidade e Gênero também eram das Comissões Gestoras das subsedes. Mas,
1556 ainda assim, os trabalhos se mantiveram acontecendo. Flávia Roberta Eugênio é
1557 extremamente próxima das conselheiras Ivani Francisco e Beatriz Brambilla, mas as coisas
1558 permanecerem acontecendo, ela continua executando tudo o que tinha que executar e,
1559 coletivamente, continuaram combinando as questões. Isso acontecia com outras pessoas
1560 também, assim como no Vale do Paraíba e Litoral Norte. Na reunião anterior ao
1561 Planejamento Estratégico, com o PE da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte,
1562 discutiram todas as situações que estavam acontecendo e tratando da dinâmica interna
1563 com sinceridade, honestidade. As pessoas não foram sinceras e honestas com ela, mas
1564 isso é um problema delas, e se vinham focar alguma coisa para a Diretoria, elas tinham
1565 toda a liberdade e possibilidade de dizer naquele momento. Mas, naquele momento,
1566 avaliaram que todas as ações executadas pela Comissão Gestora da subsede, pelas/os
1567 colaboradoras/es, tinham sido muito bem executadas. Saíram felizes pelo ano que tinham
1568 feito. Claro, com ressalvas de reavaliar algumas questões. As pessoas relataram que
1569 estavam, inclusive, sofrendo pressão política e sendo coagidas a serem coordenadoras em
1570 outros espaços. Diz ao plenário que consulte essas pessoas, uma vez que tem livre
1571 acesso a elas. Tudo isso foi um cenário muito tenso pra elas e para a própria Bruna
1572 Falleiros, mas manejaram, porque a proposta era com as responsabilidades assumidas,
1573 em levar adiante o trabalho que estavam conseguindo executar. Não sabe o que foi

1574 deliberado dentro de um grupo político de fazer uma provocação perversa de chamar
1575 aquelas reuniões chamadas pela Diretoria. Já chamaram com esse intuito. Não podem
1576 negar agora o óbvio, o que todos já sabem. Foi isso que aconteceu. Magicamente, as
1577 reuniões que ocorrem na sede foram da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte e da
1578 Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira. Todas as demais foram à distância. Foi
1579 dessa forma porque foi conveniente, ninguém ao menos consultou a sua disponibilidade.
1580 Agendaram e a convocaram. Sabem que é o jeito político que agem. Todas as falas ditas
1581 aqui já previam que aconteceriam. Curiosamente, na reunião da Comissão Gestora, que
1582 ocorreu na quinta-feira anterior a reunião dessa Comissão com a Diretoria, duas pessoas
1583 faltaram. Em sua leitura e na de outro colega, faltaram já com a intenção de não pactuar a
1584 conversa e tratar do que conversariam com a Diretoria no dia seguinte. Uma das pessoas
1585 que foram, que é próxima à Diretoria, participou dessa reunião anterior e concordou com
1586 tudo que falavam. Mas, chegando à sede, na reunião com a Diretoria, fizeram um jogo sujo
1587 e perverso de dizer coisas que nunca tinham dito, dentro de uma lógica pactuada
1588 politicamente. É isso que estão fazendo. Questiona como se avaliam nisso. Pede que
1589 olhem para a situação em que a colocam. Sempre se pôs disponível para escutar o que
1590 quer que fosse e ninguém nunca disse nada. É muita canalhice dizer que ela não fez isso.
1591 Quando saiu da reunião com a Diretoria, previu que solicitariam a sua retirada, mas, ao
1592 invés disso, apresentaram aquela carta falando em solicitavam a suas saídas. Assim,
1593 pautou a exclusão dessas pessoas. Não pediu para ninguém sair, estava disponível para
1594 conversar com todas/os. Foram eles que solicitaram suas exclusões, e apenas pautou em
1595 plenária essa solicitação. Na sequência, essas pessoas passaram a dizer que não era
1596 exatamente isso, que queria a sua exclusão. Então, ela quis logo trazer à plenária porque
1597 não gosta dessa jogatina. Então, se vão votar a sua exclusão e se têm a maioria do
1598 plenário, que votem logo. Questiona porque estão prorrogando esse sofrimento, mais uma
1599 vez. Pessoas que não lhe dizem respeito, comoveram enormemente uma pessoa que
1600 reagiu dizendo que não fará mais nenhuma ação pelo CRP SP. Na sequência, outra
1601 pessoa também solicitou sua exclusão de todas as ações do CRP SP. Apenas o Juliel
1602 Modesto não pediu. Portanto, há na Comissão Gestora do Vale do Paraíba e Litoral Norte
1603 ela, Juliel Modesto de Araújo e Bruno Monteiro Carlos. Juliel Modesto também já solicitou
1604 sua exclusão, ela não tem confiança nenhuma nele. Para ela, faria mais sentido que as
1605 outras pessoas ficassem e Juliel saísse, porque ele foi a pessoa que manipulou
1606 perversamente essa dinâmica. Então, não fica na Comissão Gestora com o Juliel Modesto,
1607 assim como ele não ficaria na Comissão com ela. Então, essa é essa decisão a ser
1608 tomada. O que Bruno Monteiro Carlos fará posteriormente é a decisão que ele poderá

1609 tomar. A decisão que o plenário precisa tomar hoje é quem ficará na Comissão Gestora da
1610 Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a coordenadora conselheira, que foi desde o
1611 momento em que constituíram a chapa, designada a ocupar esse lugar ou um colaborador
1612 gestor. 34) Maria Rozinetti informa que precisa fazer um esclarecimento. Diz que não há
1613 pedido de saída das/os membros da Comissão Gestora. Encaminharam um e-mail
1614 bastante detalhado em que dizem, na realidade, que se colocam à disposição deste
1615 plenário. Elas/es se colocam em difícil situação perante a coordenação que têm. É um e-
1616 mail que está bastante detalhado, apresentando todo o cenário. 35) Bruna Falleiros pede
1617 que compartilhem esse e-mail. 36) Maria Rozinetti diz que solicitará autorização para isso.
1618 Mas que Bruna Falleiros, se quiser, pode compartilhar. Ela mesma somente faria mediante
1619 autorização. Retoma que não há um pedido de saída por parte dessas/es membros. Eles
1620 se colocam mais distantes, esse período de afastamento, durante um período, até que se
1621 resolva a coordenação da Comissão Gestora. Esse é o cenário que a Diretoria traz. Bruna
1622 Falleiros fez um relato baseado em sua lógica, em sua bagagem, em sua coerência. Mas,
1623 a Diretoria tem outras leituras que vieram dessas pessoas e essa leitura os faz perceber,
1624 ao menos enquanto Diretoria, que, de alguma forma, há uma inabilidade de conduzir o
1625 processo, de estar com a Comissão Gestora, de influir com a Comissão Gestora e de
1626 pactuar a continuidade. E é isso que querem colocar ao plenário. Não adianta ficar
1627 trocando as/os membros da Comissão Gestora. É preciso se rever internamente, também.
1628 37) Bruna Falleiros diz que todas as Comissões Gestoras trocam de membros a toda
1629 plenária. 38) Maria Rozinetti diz que não são todas e que precisam pensar sobre o porquê
1630 de as pessoas saírem. Se estão saindo devido a conflitos com a/o coordenador. 39)
1631 Vinicius Cesca recorda que a Comissão Gestora da Subsede de Bauru alterou diversas
1632 vezes sua composição e não houve questionamento. Diz que Maria Rozinetti Gonçalves
1633 está mentindo, publicamente mentindo a respeito do e-mail encaminhado pelos três
1634 membros da Comissão Gestora que solicitaram suas saídas. Ainda, que pediu inscrição
1635 para falar e foi negada pela conselheira presidenta, Luciana Stoppa dos Santos. 40) Maria
1636 Rozinetti Gonçalves responde que não está mentindo. 41) Vinicius Cesca de Lima rebate
1637 que ela está sim mentindo. Diz que ela é cínica, está manipulando a comunicação recebida
1638 dessas pessoas para defender um interesse escuso. A chama de mentirosa, reafirmando
1639 que ela está mentindo. 42) Maria Rozinetti Gonçalves responde que esse é o ponto de vista
1640 de Vinicius Cesca. 43) Vinicius Cesca diz que o que afirma é comprovável, está
1641 documentado. 44) Maria Rozinetti pondera que também tem documentos que comprovam o
1642 que diz, além da própria fala das pessoas. 45) Vinicius Cesca pede, então, que Maria
1643 Rozinetti Gonçalves torne público o documento. 46) Bruna Falleiros questiona qual é a

1644 palavra que vale mais, pois todas/os podem falar o que desejarem. 47) Maria Rozinetti
1645 responde que é possível verificar a partir do cenário. 48) Evelyn Sayeg diz que o plenário
1646 está tentando medir o sofrimento, o tempo inteiro. E que o próprio plenário não se respeita.
1647 Diz que da mesma forma como iniciou, esta plenária finalizará com uma falta de respeito
1648 absurda. 49) Bruna Falleiros faz a leitura do final do e-mail de Lauren Mariana Mennocchi,
1649 datado de 07 de dezembro de 2017: "*mantenho os meus contatos abertos àqueles que*
1650 *desejam permanecer na caminhada comigo e solicito o meu afastamento de todas as*
1651 *funções desempenhadas à subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte*". 50) Maria Rozinetti
1652 Gonçalves diz que tem um e-mail detalhado da membro do Comissão Gestora, Marília
1653 Capponi. 51) Bruna Falleiros questiona se o e-mail foi posterior ao dia 07 de dezembro. 52)
1654 Maria Rozinetti Gonçalves diz que Bruna Falleiros deve encaminhar esse e-mail para
1655 todas/os. Diz que há um cenário que precisa ser discutido. 53) Bruna Falleiros confirma
1656 que poderá encaminhar o e-mail para todas/os e volta a questionar sobre a data do e-mail
1657 citado por Maria Rozinetti. 54) Maria Rozinetti Gonçalves responde que, de qualquer forma,
1658 há o cenário. Diz que uma dos e-mails é datado do dia 06 de dezembro e, depois, Bruna
1659 Falleiros se manifesta no dia 08 de dezembro. 55) Bruna Falleiros confirma e diz que no
1660 dia 07 de dezembro, Lauren Mariana Mennocchi pediu afastamento total. Diz que Maria
1661 Rozinetti não a está escutando. As datas do e-mail trazem que Lauren, por último, solicitou
1662 afastamento total. 56) Maria Rozinetti Gonçalves menciona que Lauren pediu afastamento
1663 por não estar suportando a situação na Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte e que
1664 não quer continuar com a coordenação de Bruna Falleiros. 57) Bruna Falleiros questiona
1665 quando Maria Rozinetti conversou com Lauren e ela disse isso. 58) Maria Rozinetti
1666 Gonçalves informa que foi já neste mês. 59) Evelyn Sayeg diz que Bruna traz as
1667 informações de todos os e-mails que ela recebeu dessas pessoas. Questiona à Diretoria
1668 se, após esses e-mails, receberam algum outro que contradiga os anteriores. 60) Maria
1669 Rozinetti responde que não recebeu outro e-mail dos membros da Comissão Gestora. Mas
1670 menciona que tiveram outras oportunidades de conversar. Há e-mail do dia 13 em que
1671 Marília Capponi pede afastamento. O afastamento se deve a esse processo de decisão
1672 que o plenário chegaria. O que está claro para essas pessoas é que se o plenário mantiver
1673 da forma como está, eles sairão. Se reformularem a coordenação da comissão gestora,
1674 essas pessoas retiram o pedido de afastamento. Esclarece que este é o posicionamento.
1675 61) Bruna Falleiros diz que o entendimento, inclusive das funcionárias e das demais
1676 pessoas envolvidas é outro. Considera isso muito estranho. 62) Maria Rozinetti, então,
1677 apresenta a proposta de encaminhamento da Diretoria, com intuito de dar conta dessas
1678 questões de cunho político, que é realizar a troca da coordenação da Comissão Gestora,

1679 que passaria a ser de Juliel Modesto. 63) Aristeu Bertelli diz que é somente colocar para
1680 votação, porque já se tem a maioria. Menciona que precisa registrar que o grupo “Cuidar”
1681 já tem a maioria no plenário, não precisa fingir democracia, basta colocar para votação.
1682 Pede que deixem de cinismo. Diz que essa Diretoria é cínica e golpista. O Cuidar da
1683 Profissão é maioria neste plenário, não precisam fingir que tem democracia. Bastava evitar
1684 todo esse sofrimento. Olha o tipo de coisa que fizeram! Podiam ter simplesmente resumido
1685 toda essa história e poupado todo esse sofrimento. É cínico! Sempre são a maioria e
1686 sempre foram. Começam a tratorar, comecem a desgraçar, mas parem com esse cinismo!
1687 É muito ridículo e muito cínico. É óbvio que tirarão Bruna Falleiros. 64) Maria Rozinetti
1688 questiona se há alguma proposta contrária. 65) Aristeu Bertelli diz que a votação deve ser
1689 nominal. 66) Bruna Falleiros diz que nomear a votação é uma questão de ética. Pede que
1690 nomeiem votação de sua saída. 67) Maria Rozinetti diz que a proposta é de alteração da
1691 coordenação da Comissão Gestora da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte. 68)
1692 Bruna Falleiros diz que é sua retirada da coordenação e da Comissão Gestora. Essa é a
1693 proposta apresentada. Não irá permanecer, se a retirarem da coordenação. Diz que a
1694 proposta da conselheira Maria Rozinetti foi amigável, cordial, de que ela permaneça na
1695 Comissão Gestora. Mas, entende que a votação deve ser de sua retirada da coordenação
1696 da Comissão Gestora, assim como da própria Comissão Gestora. 82) Maria Rozinetti
1697 questiona se essa é a proposta de Bruna Falleiros, de que votem por sua saída tanto da
1698 coordenação quanto da Comissão Gestora. 69) Bruna Falleiros responde que sua proposta
1699 é que seja mantida na coordenação e que Juliel Modesto seja excluído da Comissão. 70)
1700 Vinicius Cesca propõe uma outra reformulação das propostas, porque da forma como está,
1701 está confuso. Diz que não existem três propostas, são duas, apenas. Expõe as propostas:
1702 1 – Juliel Modesto na coordenação da Comissão Gestora, tendo Bruno Monteiro Carlos,
1703 Marília Capponi e Lauren Mariana Mennocchi como membros; e, 2 – Bruna Falleiros na
1704 coordenação e Bruno Monteiro Carlos como membro. 71) Maria Rozinetti Gonçalves diz
1705 que não está correto, não apresentou a primeira proposta da forma como foi colocada. Diz
1706 que a pessoa pode se manifesta se desejar não continuar na Comissão. 72) Vinicius
1707 Cesca diz que o que a Diretoria está propondo é infactível do ponto de vista da pessoa.
1708 Questiona se forçarão a composição da Comissão Gestora com pessoas que não querem
1709 participar. Pontua que a pessoa já se manifestou. Com Juliel Modesto na coordenação,
1710 não existe Bruna Falleiros na Comissão. Questiona qual a dúvida da Diretoria. 73) Maria
1711 Rozinetti Gonçalves menciona que Bruna Lavinias Falleiros é quem está solicitando a sua
1712 saída. Registra que a Diretoria não está propondo a exclusão da Bruna Falleiros. 74) Bruna
1713 Falleiros pede que assumam a palhaçada que estão fazendo. 75) Regiane Piva diz que se

1714 Bruna Falleiros não quer ficar, ela que declare seu desejo de sair. Em nenhum momento
1715 estão tirando ela da Comissão Gestora. 76) Vinicius Cesca diz que isso é cinismo. 77)
1716 Regiane Piva questiona se o voto será nominal. 78) Maria Rozineti Gonçalves responde
1717 que será nominal o voto de cada um. 79) Mauricio Marinho Iwai diz não concordar com a
1718 forma como foi apresentado. É preciso esclarecer no que estão votando. Questiona de
1719 quem é a proposta de retirar Bruna Falleiros da Comissão Gestora. Estão entendendo que
1720 Bruna está propondo a sua própria saída, mas não é isso e precisa ficar claro o que estão
1721 votando. Para ele, será votada a exclusão de Bruna Falleiros. É isso. 80) Bruna Falleiros
1722 explica que a condição para Juliel Modesto ser coordenador é ela sair da Comissão
1723 Gestora; e, a condição para que ela siga como coordenadora é que Juliel Modesto saia da
1724 Comissão Gestora. É impossível ter algum voto que fuja a isso. Não podem manipular isso
1725 dessa forma. Pede que assumam o que estão fazendo. 81) Vinicius Cesca indica que,
1726 inclusive, pela transparência do processo, questiona se a reunião que vocês fizeram com a
1727 Comissão Gestora do Vale está gravada, inclusive, pelo conjunto de mentiras e pela
1728 postura cínica que Maria Rozineti apresentou. 82) Maria Rozineti Gonçalves diz ser
1729 necessário encaminhar a votação em respeito a todos, ao trabalho dos colaboradores. 83)
1730 Vinicius Cesca diz que a Diretoria quer forçar uma composição para não assumir o que
1731 são. Diz que são golpistas. Querem colocar um coordenador biônico na Subsede do Vale
1732 do Paraíba e Litoral Norte, um coordenador sem voto, que não foi eleito pela categoria, na
1733 canetada. Há seis pessoas na Subsede que disputaram. Diz que o “Cuidar da Profissão”,
1734 golpista que é, no aprofundamento do seu projeto golpista, quer colocar um coordenador
1735 biônico exatamente como os ditadores fizeram, entre os anos de 1964/1985. É exatamente
1736 isso que estão fazendo. Pede que assumam o que estão fazendo. É simples, irão
1737 conseguir, não precisam ficar com esse teatro de que querem que Bruna continue. É
1738 cínico! Desrespeitam o desejo das pessoas que não aceitam ficar em uma condição de
1739 permanente humilhação que os estão colocando. Diz que não está explícito o que será
1740 votado. 84) Guilherme Raggi diz que há duas opções: 1) Manutenção de Bruna Falleiros
1741 na coordenação e exclusão de 3 (três) membros e, 2) A proposta alternativa de troca da
1742 coordenação, proposta em que Bruna se manifesta como sendo excludente de sua
1743 presença na Comissão. 85) Vinicius Cesca diz que é isso que vem falando desde o
1744 começo, que se não fosse a resistência de Maria Rozineti, já teriam encaminhado. 86)
1745 Questão de ordem, Maurício Iwai diz concordar com a primeira proposta, mas não com a
1746 segunda, porque não foi dessa forma que aconteceu. Entende que a proposta é de ter
1747 Juliel Modesto na coordenação e exclusão de Bruna Falleiros. 87) Maria Rozineti diz que
1748 acrescenta então a proposta que Maurício Iwai está defendendo. 88) Mauricio Iwai relata

1749 que essa não é sua proposta, e sim a interpretação que faz da proposta da Diretoria e por
1750 quem a quiser assumir. 89) Luciana Stoppa diz que a segunda proposta é “Juliel Modesto
1751 passa à coordenação, entendendo que Bruna se desligará nessa condição”. 90) Bruna
1752 Falleiros pede, igualmente, que a primeira proposta seja “Bruna se mantém na
1753 coordenação, entendendo que Juliel, Marília e Lauren se desligam da comissão nessa
1754 condição”. Questiona se dessa forma fica mais suave para digerirem, se assim
1755 conseguirão dormir à noite. 91) Mauricio Iwai diz que é preciso que se identifique de quem
1756 é o proponente de cada alternativa de voto. Diz que a primeira é da conselheira Bruna
1757 Falleiros, como historicamente tem sido feito, as/os coordenadoras/es de Comissões
1758 Gestoras solicitam a inclusão ou exclusão de membros e o plenário aprecia. A segunda
1759 proposta é da Diretoria. A terceira proposta é a forma como interpretam o que a Diretoria
1760 está propondo, porque a forma como está apresentada a segunda proposta não traz a
1761 realidade. 92) Luciana Stoppa diz que a forma como está registrada a segunda proposta
1762 ainda não está correta. Seria “Juliel Modesto passa à coordenação, e Bruna opta por se
1763 desligar nessa condição”. 93) Bruna Falleiros solicita a mesma alteração na proposta de
1764 número 1: “Bruna se mantém na coordenação, e Juliel, Marília e Lauren optam por se
1765 desligarem da Comissão nessa condição”. Diz que estão tentando deixar o texto cada vez
1766 mais suave, para não pesar na consciência. **São as propostas: 1** - Bruna se mantém na
1767 coordenação, e Juliel Modesto, Marília Capponi e Lauren Mariana Menocchi optam por se
1768 desligarem da Comissão nessa condição; **2** – Juliel Modesto passa à coordenação, e
1769 Bruna opta por se desligar da Comissão Gestora nessa condição; e, **3** – Passar para Juliel
1770 Modesto a coordenação e a exclusão de Bruna Falleiros da Comissão Gestora. Aberto à
1771 votação: **a)** Vinicius Cesca, para fundamentar seu voto, reivindica aos compromissos
1772 publicamente assumidos com a categoria e com a sociedade. Essa gestão é composta por
1773 uma chapa que fez questão de dizer durante a Campanha que era a única que tinha
1774 candidatas/os em todas as regiões do interior do estado de São Paulo, de modo que teria
1775 conselheiras/os para assumir a coordenação das nove ou dez, se entenderem assim,
1776 subsedes. Isso foi um compromisso assumido, inclusive, era objeto de crítica quando
1777 apontavam que as outras duas chapas concorrentes não teriam composição suficiente
1778 para que conselheiras/os assumissem a coordenação de todas as subsedes.
1779 Historicamente, essa foi a construção e uma construção valorizada. Se expressa, por
1780 exemplo, em todo o esforço que foi feito no final da eleição, literalmente, já com a eleição
1781 em curso, de substituição de Danilo Gomes dos Santos por Ivana do Carmo, para que a
1782 subsede de Sorocaba tivesse uma conselheira na coordenação, que era o que estava em
1783 risco com a saída de Danilo. Esse é o compromisso, foi o discurso e a fala que foram

1784 construídos. E, mais uma vez, este plenário não tem nenhum pudor de trair esses
1785 compromissos, de trair aquilo que foi pactuado com a categoria, inclusive, enquanto
1786 alegava que era o seu diferencial ter essa composição. E o golpe no CRP SP se aprofunda
1787 e se inova. Cria um precedente perigosíssimo, nesse sentido. É muito revelador do quanto
1788 se abandona até a fantasia da democracia. A fala de Maria Rozineti expressa isso, sem
1789 pudor de se mostrar como a autoritária que é. A proposta, como vem formulada, rompe
1790 com qualquer possibilidade de pensar que terão uma normalidade democrática no CRP SP
1791 até setembro de 2019, quando espera que este ciclo se encerre. A inovação perigosa que
1792 é trazida neste momento é a adoção de uma coordenação biônica. Foi uma das piores
1793 práticas institucionais que a Ditadura Militar criou no Brasil e que está sendo agora
1794 reproduzida, sem pudor. Durante o período da Ditadura Civil Militar, de 1964 a 1985, havia
1795 ainda uma farsa da democracia na eleição de prefeitos, de forma direta, nos municípios.
1796 Exceto quando era importante para o ditador de plantão. Então havia um suposto despeito
1797 pela eleição direta, pela escolha direta e soberana da população quando não era
1798 estratégico e de interesse desse ditador de plantão. A ditadora de plantão, neste momento,
1799 é Luciana Stoppa, que identifica que a subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte não é
1800 um lugar que merece ter respeitada a escolha direta da categoria na escolha da
1801 coordenação da subsede, porque é estratégico, porque há outro interesse envolvido.
1802 Sabem como foram as falas para que Lauren Mariana Mennocchi assumisse a
1803 coordenação, mas ela não aceitou. Esse é um bastidor do teatro que fazem aqui e que
1804 agem como se isso não tivesse acontecido e como se não fosse do conhecimento de
1805 todas/os. Apesar do esforço em serem opacos, há coisas que são impossíveis de se
1806 esconder à luz do sol e se tornam transparentes. Vão criando uma coordenação biônica. A
1807 categoria pôde ouvir e analisar durante a campanha um conjunto de pessoas da região do
1808 Vale do Paraíba e Litoral Norte que se apresentavam candidatas e, agora, terá que lidar
1809 com isso que este plenário escolheu, substituindo uma vontade soberana da categoria na
1810 definição de quem estaria neste lugar. Que Juliel Modesto assuma este papel não o
1811 surpreende, acatando à triste figura de quem assume por um projeto de poder este lugar.
1812 Considera bastante coerente com o projeto político que defendem. De fato, terão mais
1813 tranquilidade com alguém que joga o mesmo jogo de submissão que este plenário já joga.
1814 Não é possível, para ele, pactuar com essa política, com essa traição de princípios, de
1815 compromissos e com esta triste inovação institucional, que é de instituir uma coordenação
1816 biônica, na canetada, no desrespeito ao voto direto. Uma inovação do golpe que têm
1817 promovido dentro do CRP SP, que se aprofunda e se inova. Não é possível pra ele
1818 compactuar com essa forma. seu voto é pela manutenção da coordenadora eleita pela

1819 categoria, Bruna Falleiros, com o Bruno Monteiro Carlos na composição da Comissão
1820 Gestora, dado que os outros três membros já sinalizaram, reiteradamente, que não
1821 ficariam neste espaço. Entende que não estão qualificados para permanecer neste espaço
1822 e, sobretudo, não têm a legitimidade que o voto direto dá. **b)** Maurício Iwai diz que dentro
1823 de seu voto gostaria de ressaltar do que se trata, a seu ver, essa proposta. O que está
1824 sendo proposto é a substituição da coordenação da Comissão Gestora da conselheira
1825 eleita pela categoria. Sendo assim, considera um golpe, um golpe ao coletivo e a toda e
1826 qualquer tipo de construção institucional. Assim, vota pela permanência de Bruna Falleiros
1827 na Comissão Gestora do Vale do Paraíba. **c)** Aristeu Bertelli motiva seu voto dizendo que,
1828 mesmo quando escancararam as divergências entre os grupos, não se recorda, de
1829 maneira alguma, que a Diretoria anterior, mesmo com a presença de Rodrigo Toledo, que
1830 fez esse papel de traição, de ficar ao lado da Diretoria anterior, quando, na verdade,
1831 passava informação para o outro grupo, mesmo nesse período, fizeram uma intervenção
1832 tão canalha, tão torpe, tão baixa, tão rasa, como estão fazendo agora. Em momento
1833 algum! Isso é derrocada daquilo que um dia foi o “Cuidar da Profissão”. Tudo tem início e
1834 um final e o “Cuidar” está chegando a um final bem triste, à derrocada mesmo. Não se
1835 recorda de enquanto estava na presidência, - que foi retirada sem qualquer evidência de
1836 falta e erro, apenas por uma questão de conveniência, de golpe – de terem feito qualquer
1837 tipo de intervenção tão severa, tão cruel, tão sangrenta, tão maledicente como essa que
1838 estão fazendo. É covarde o que fazem! Enquanto estive na Diretoria, o que mais pôde
1839 experimentar foi o sofrimento que são capazes de gerar. Recorda de todas as vezes em
1840 que não paravam até fazer as pessoas dessa plenária se desmontarem, mas fizeram isso
1841 com precisão e com cuidado. Maldita é a hora que vocês seguem fazendo isso! E
1842 pensava-se que o fundo do poço era o golpe que tinham dado, obedecendo às figuras
1843 históricas do “Cuidar”, obedecendo as figuras históricas que se sentiram preteridas quando
1844 começaram a fazer algumas mudanças. Mas, não acabou! O fundo do poço não foi o golpe
1845 de mudança da Diretoria, está sendo retirarem uma a uma, cada uma das pessoas que
1846 não compactua com o “Cuidar”. Até uma funcionária foi retirada e sem nenhuma
1847 justificativa. Tudo o que foi apresentado aqui é ridículo! Sob os pedidos para que
1848 encaminhe seu voto, responde que seguirá a motivação da que achar pertinente, indicando
1849 que a Diretoria obedeça um pouco à sua função. O que mais fazem é interromper e
1850 atrapalhar. Se estão com pressa para ir para alguma festa, que comessem a votação
1851 pelo outro lado. Falava do quão ridículo fizeram, que o fundo do poço já era o que fizeram
1852 no golpe, mas, na verdade, não é! Estão arrancando as pessoas. Questiona quantas
1853 pessoas do “Integra” retiraram das funções do CRP, das representações. É perseguição

1854 política! Enquanto estava na Diretoria, nunca houve um momento assim. Diz que quem se
1855 vende, como se venderam, acaba recebendo muito mais do que aquilo que valem e não
1856 valem muito coisa pelo que estão fazendo. O único voto sensato é pela continuidade de
1857 Bruna Falleiros enquanto coordenadora da Comissão Gestora. Que ela permaneça como
1858 coordenadora e que as pessoas que já sinalizaram que desejam sair, saiam. **d)** Mary Ueta
1859 responde que quer motivar o seu voto contando um pouco sobre como foi como a reunião
1860 da Diretoria com a Comissão Gestora da Baixada Santista e Vale do Ribeira, a qual chama
1861 de intervenção. Houve um problema de comunicação porque a Daniella Stazack de Araujo
1862 participou presencialmente e o resto da Comissão Gestora não pôde estar em São Paulo
1863 e, então, participaram à distância. Tecnicamente falando, não vê nenhuma motivação que
1864 validasse aquela reunião e, ao contrário, percebendo para onde estava sendo conduzida a
1865 reunião, no sentido de questionarem algumas representações. A Diretoria, de fato, indicou
1866 Alexandra Lelis dos Santos para a Comissão. Diz que não é uma análise profunda, é
1867 somente para contextualizar a sua indignação em relação ao que está acontecendo agora,
1868 porque isso demonstra o quanto estão articulando e têm um desconhecimento de como
1869 funcionam as indicações. A imposição de uma pessoa ali também mostra o desrespeito
1870 que houve com toda a Comissão Gestora, que é quem conhece o território, que está no dia
1871 a dia do trabalho, com as parcerias. Anterior a saída de Bruna Falleiros, já previa que algo
1872 iria acontecer nesse sentido, de que haveria um golpe, que é o que está acontecendo hoje
1873 com Bruna Falleiros. Entende que isso aconteceria com ela também e diz que quando
1874 comentou sobre isso Regiane Piva disse que era uma questão de tempo. Não lhe causa
1875 espanto. Teve a sorte de ter na Comissão Gestora da Baixada Santista e Vale do Paraíba
1876 pessoas com ética, que estão com ela. O mínimo é a coordenação escolher os membros e
1877 fizeram uma escolha qualificada, por isso, com ela isso não ocorreu. Não sabe como farão
1878 isso, mas acredita que uma hora a tirarão também. Vota na primeira opção, de manter
1879 Bruna Falleiros na coordenação. Acha absurdo, um golpe a tirarem. É inadmissível! **e)**
1880 Magna Barboza diz lamentar profundamente o que está acontecendo. Estão tomando uma
1881 decisão sobre a coordenação de um conselheiro em detrimento de questões políticas e
1882 pessoais. É muito triste ver isso, chegar à plenária e ouvir de uma/um conselheira/o
1883 membro de um grupo que não sabe se pode falar de determinado assunto com ela, e de
1884 um membro do outro grupo de que ela precisa se posicionar. Diz que ela não é obrigada a
1885 nada, é uma conselheira legítima, eleita. Está neste grupo e é com este grupo que
1886 permanecerá até 2019. Mas considera que essa discussão tão séria não deveria ser feita
1887 dessa maneira, neste nível de tensão. Não é uma questão política, não estão cuidando de
1888 uma maneira organizada. Recorda que quando Rodrigo Presotto quis colocar uma pessoa

1889 na Comissão Gestora de Campinas e questionaram a razão, defendeu a indicação de
1890 Rodrigo Presotto. Não conhecia a pessoa indicada, e foi uma briga que durou uma plenária
1891 inteira, não conseguiram resolver mais nada. Defendi que o Rodrigo Presotto colocasse
1892 as/os membras/os que ele considerava importante porque ele é o coordenador da
1893 Comissão Gestora. Considera o que está acontecendo muito triste, muito triste ver o modo
1894 de fazer gestão não só da Diretoria, mas de todo o plenário. É irresponsável isso! Não
1895 acredita que essa hora da noite terá que votar se Bruna Falleiros fica ou não. Ela é
1896 conselheira! Se não fez nada que desabone, deve continuar. Na Comissão Gestora
1897 Metropolitana trocou algumas pessoas porque entendia que era necessário, mas tem sua
1898 forma de fazer, não fez pelo embate. Hoje tem uma Comissão mais afinada, e que,
1899 independente de ela estar ou não, tocará o projeto político eleito. Estão tão imaturos que
1900 precisam votar isso agora, independente de se foi golpe, se não foi, se o golpe continua ou
1901 se se aprofunda, isso não lhe interessa, porque não precisa estar no meio dessa bagunça.
1902 Precisam ter um pouco mais de maturidade para tomar as decisões deste plenário, o que
1903 não está acontecendo. Perdem as oportunidades, as pessoas vêm trazendo coisas novas
1904 e não conseguem ao menos olhar para isso. Não viu nenhuma mudança de qualidade,
1905 está igual ao que estava antes, só se inverteram os papéis. É muito triste ver tudo isso
1906 aqui! Votará por princípio e se importa com as consequências, porque gestão pública é
1907 isso, um dia você está, outro não. Relata que em seu trabalho está tendo que fazer a
1908 coalisão da direita com a esquerda. É uma questão política mas, até para isso, é preciso
1909 saber como fazer, não pode ser desse jeito. Vota pela permanência de Bruna Falleiros e
1910 deseja que ela tenha a oportunidade de aprender com os erros. Falará a mesma coisa que
1911 falou à antiga diretoria quando um conselheiro teve problemas com passagens para vir a
1912 São Paulo: na condição de Diretoria, tem a obrigação de ajudar aquele conselheiro a ser
1913 melhor naquela tarefa que está fazendo. Se não pode vir por conta das passagens,
1914 precisam lhe dar opções. Não podem negá-lo o direito de participação. Se a gestão está
1915 gerando conflitos, precisam mostrar onde estão os erros e dar a oportunidade da pessoa
1916 aprender com isso. Não sabe se é o caso da conselheira Bruna Falleiros, não está nessa
1917 Comissão Gestora, mas há conflitos, e não estão sabendo fazer a gestão de conflito,
1918 sendo que representam a categoria que fazem gestão de conflitos. É triste! **f)** Evelyn
1919 Sayeg vota pela manutenção da conselheira Bruna Falleiros na Comissão Gestora e pela
1920 exclusão dos demais membros que já fizeram essa solicitação. Relembra ao plenário a
1921 proposta de territorialização que a conselheira Bruna Falleiros fez logo no início desta
1922 gestão, que foi pactuada e que logo foi descumprida e questionada. Fizeram um grupo no
1923 *Whatsapp* de sedes e, justamente ela, não estava presente. Diz que foi muito

1924 interessante o conceito que ela trouxe da territorialização, a divisão que ela pôde fazer na
1925 região do Vale do Paraíba e Litoral Norte. E, apesar de todos os conflitos que viviam aqui,
1926 ela colocou de forma bastante clara o que ela estava fazendo naquele espaço. As pessoas
1927 que participaram deste teatro de manipulação estavam compactuando. Não sabe quem foi
1928 o mentor dessa palhaçada, dessa manipulação frouxa, que é facilmente desmontada, mas
1929 que conseguiu produzir algo que considerada muito triste. Diz que o que está acontecendo
1930 remete ao filme “Tropa de Elite”, de “pede para sair!”. Considera que todo mundo precisa
1931 se rever, chegaram na profunda imaturidade. É imaturo e persecutório essa criação
1932 mirabolante. Perderam a concretude das coisas. Diz ser uma pena que a maior parte
1933 das/os conselheiras/os estejam ao celular, ao invés de prestarem atenção, porque isso
1934 demonstra imaturidade, mas também a dificuldade de se rever. O que a faz pensar que é
1935 impossível mudar, mesmo que apontem a cada plenária e a cada reunião. **g)** Ivana do
1936 Carmo vota na segunda proposta, de Juliel Modesto passar à coordenação, e Bruna
1937 Falleiros, por sua opção, se desligar da Comissão Gestora, nessa condição. **h)** Ed Otsuka
1938 comenta que considera que isso é difícil, triste, revoltante e tragicômico. Está sem controle!
1939 Percebem que as pessoas não sabem o que estão fazendo. Essas próprias pessoas
1940 sabem que não têm essa capacidade de fazer gestão. Vê pessoas assustadas e,
1941 assustadas, atacando as outras. Considera que há muito a lamentar que estejam em um
1942 Conselho de Psicologia e que tantos colegas não consigam olhar para os outros. Há outras
1943 questões, como espaços de poder, status, crescimento político, sem manutenção dos
1944 valores que teoricamente trouxeram as pessoas para este espaço. Pensam que as
1945 pessoas que estão no Conselho têm uma militância em alguma área e, então, veem isso. É
1946 muito triste ver isso se esvaindo. É algo que não tem volta, a integridade. Vê três grupos:
1947 pessoas que realmente estão em busca e na disputa dos espaços de poder de forma
1948 bastante vil; pessoas que não sabem muito bem o que está acontecendo, mas vão atrás
1949 das primeiras para se protegerem, o que também é uma forma egoísta e covarde; e outras
1950 pessoas que não têm a mínima noção do que está acontecendo, mas que terão quando
1951 perceberem onde se colocaram. Será um pouco tarde porque, infelizmente, estão fazendo
1952 história de forma bastante negativa. Estão vendo aqui a falência de um processo
1953 democrático, do espaço de resistência, a falência das possibilidades de construção e uma
1954 falência institucional. Entristece-se por fazer parte disso, mas, de alguma forma ainda
1955 penso que é um espaço importante nesse mundo atual, que algumas coisas ainda podem
1956 ser feitas por pessoas que ainda conseguem suspender algumas imaturidades e algumas
1957 desonestidades. Fica triste pela conselheira Bruna Falleiros e por Érika Almeida, porque o
1958 expediente que estão utilizando para esconder o que falou anteriormente, a falta de

1959 competência e que poderia ser construída coletivamente. Mas a resposta que dão é de
1960 esconder, atacando aqueles que têm a competência, o caráter, a ética e a integridade,
1961 para isso. Dirige-se à Bruna Falleiros, dizendo que ela nunca perderá, o que não podem
1962 falar sobre seus alçozes de hoje. Portanto, vota pela permanência de Bruna Falleiros na
1963 coordenação da subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte e pela saída das pessoas que
1964 assim escolheram. É mais um capítulo sombrio desse XV Plenário. Espera que, a partir de
1965 agora, haja argumentos e motivações minimamente corajosas ou algo nesse sentido. **i)**
1966 Monalisa Muniz vota na proposta dois e diz que a justificativa puramente política, como
1967 também fez em outros momentos. **j)** Beatriz Mattos diz que está muito difícil estar nesta
1968 plenária, para muitas pessoas, mas especialmente para ela. Tem tentado segurar a
1969 emoção em vários espaços, mas hoje não está conseguindo. Como Evelyn Sayeg e
1970 Magna Barboza falaram, é muito triste, é muito degradante estar em um Conselho de
1971 Psicologia dessa forma. Estão, desde as 23 horas e 15 minutos tentando encerrar a
1972 sessão plenária, principalmente em respeito às funcionárias. Isso é a maior prova da
1973 continuidade de desrespeito que têm com o próprio plenário, uns com os outros e com
1974 as/os funcionárias/os. Esteve até o momento com bastante esperança de que
1975 conseguiriam minimamente conversar e, enfim, mudar. Entende que aqui dentro não é
1976 “Integra” e não é “Cuidar”, aqui é o XV Plenário. São todas/os que assumirão a vergonha
1977 que é esta gestão. Uma vergonha para a Psicologia. Todas/os muito jovens, começando a
1978 carreira e levando essa “bomba” para o restante dela. Gosta muito da conselheira Bruna
1979 Falleiros, a considera absurdamente competente, e reitera isso em todos os espaços que
1980 frequenta. É uma pessoa que gostaria muito de trabalhar em conjunto, mas imagina que o
1981 que está acontecendo na Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte seja uma
1982 consequência de tudo isso que está acontecendo. Entende que poderia haver uma junção
1983 do Juliel Modesto e da Bruna Falleiros, assim como entende que poderia ter tido uma
1984 junção desse plenário em setembro. Não precisaria ter esse racha. Acho que a questão de
1985 ser coordenadora ou não, não vai mudar nada, a vida de ninguém. Provavelmente, em
1986 breve, sairá da coordenação da Subsede de Ribeirão Preto e compartilhará esse espaço
1987 com outra pessoa, que tem desempenhado um papel muito melhor que o seu nessa
1988 Comissão. Gosta muito de estar na coordenação, mas há pessoas que fazem esse papel
1989 muito melhor que ela, então, ela pode contribuir em outros espaços. Pede que aproveitem
1990 o ano de 2018 para tentar refletir um pouco cada um sobre si próprio. A gestão vai até
1991 2019, é muito tempo, e está todo mundo bastante adoecido, cansado e exaurido. Vota na
1992 segunda proposta. **k)** Maria Mercedes Guarnieri relata que está cansada pelo
1993 prolongamento dessa votação. Estão em um espaço político, as pessoas têm o direito de

1994 falar e de se pronunciar, de divergir e, portanto, vota na segunda opção, de Juliel Modesto
1995 assumir a coordenação da Comissão Gestora e, assim, por escolha da própria, a saída de
1996 Bruna Falleiros. Motiva o voto por divergências políticas e de posicionamentos que vêm
1997 ocorrendo ao longo dos meses que estão neste plenário. **l)** Larissa Ornelas diz que
1998 também não irá estender porque estão todos exaustos. Vota na segunda na opção, pela
1999 troca da coordenação da Comissão Gestora. Concorde muito com o que foi dito pelo
2000 conselheira Beatriz Mattos. Estão todas/os muito adoecidas/os e precisando pensar nos
2001 processos internos da plenária. Tem sido um sofrimento muito grande. É claro que existem
2002 divergências políticas e que a gente precisa pensar nos lugares e como conseguirão dar
2003 continuar com esse sofrimento que tem sido pra todas/os. **m)** Regiane Piva diz que
2004 gostaria de registrar, uma vez que foi citada na fala da conselheira Mary Ueta que em
2005 nenhum momento se dirigiu a ela, nem no microfone nem fora dele. Toda vez que fez
2006 algum comentário, o fez ao plenário e toda vez que o fez oficialmente, fez no microfone.
2007 Sempre se inscreve para falar no microfone. Vota na proposta da Diretoria, a proposta 2,
2008 de troca da coordenação para Juliel Modesto, com base em todo o cenário trazido pelos
2009 membros da Comissão Gestora. **n)** Beatriz Brambilla, considerando a avaliação da
2010 Comissão Gestora e o coletivo, vota pela inclusão de Juliel Modesto como coordenador da
2011 Comissão Gestora – proposta 2. **o)** Ivani Francisco de Oliveira vota pela troca da
2012 coordenação, a proposta dois, para que o coordenador seja Juliel Modesto. Acredita que
2013 ele tem legitimidade para ocupar esse lugar porque se mantém alinhado às propostas da
2014 plataforma política, às diretrizes pelas quais foram eleitas/os e não demonstra o desejo de
2015 impedir que a atual Diretoria siga com suas ações. Então, acredita que ele representa a
2016 categoria. **p)** Reginaldo Branco diz que não podem ter ilusão, nem um grupo, nem o outro.
2017 A partir do momento que o outro grupo rompeu e criou o “Integra”, são dois grupos na
2018 mesma plenária. O “Cuidar” - que chamam de maioria, e de fato são - poderia tratorar, mas
2019 tenta conversar, dialogar. Mas isso é difícil, porque os dois lados gritam, os dois lados
2020 apontam as dificuldades, os dois lados desqualificam. Então, fica mesmo difícil dialogar. E,
2021 então, vira isso que virou esta plenária. Acredita que isso continuará, não tem a ilusão de
2022 que será diferente. Sofrerão toda plenária, não tem jeito. Sofrerão, terão taquicardia,
2023 aumento de pressão. Mas, enquanto “Cuidar”, vão colocando, apontando e fazendo as
2024 mudanças que entendem necessárias para fazer a gestão desse grupo. Vota pela proposta
2025 dois, pela saída de Bruna Falleiros e pela troca por Juliel Modesto na coordenação. **q)**
2026 Guilherme Raggi diz sentir profundamente que estejam nessa situação. As diferenças
2027 parecem inconciliáveis, é como percebe este plenário. E é por essa sua visão e pela
2028 impossibilidade de confiança que vota na proposta dois. **r)** Maria Rozineti Gonçalves vota

2029 na proposta dois, que foi a proposta da Diretoria. Corrobora com a ideia da proposta de
2030 pensarem em um caminho que ainda têm à frente desta gestão. Parte do plenário, pelo
2031 menos tem se manifestado que precisa da confiança política do cenário e precisam poder
2032 ter diálogo com esses territórios. **s)** Suely Castaldi vota na segunda proposta. Fez parte
2033 dessa construção, participou das conversas com as pessoas em alguns momentos e não
2034 concordou, não se identificou. É acusada constantemente de diversas coisas. Existe um
2035 limite entre o que pensam e a verdade, a verdade de cada um. O mínimo seria
2036 conseguirem, daqui para frente, atacarem menos, ouvirem mais e tentarem seguir o mais
2037 honestamente possível. Agora, há posições divergentes. Um grupo resolveu cindir
2038 definitivamente, o “Integra”. Então, essas questões são fruto disso, não é em vão. Vota na
2039 proposta dois também pelas questões políticas envolvidas. **t)** Luciana Stoppa se abstém.
2040 **Encaminhamento:** Por (doze) votos o plenário decide pela proposta 2, de que Juliel
2041 Modesto assuma a coordenação da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte e, nessa
2042 condição, a exclusão de Bruna Falleiros da Comissão Gestora. Houve, ainda, 07 (sete)
2043 votos pela proposta número 1, de manutenção de Bruna Falleiros na coordenação e saída
2044 de Juliel Modesto, Marília Capponi e Lauren Mariana Mennocchi da Comissão Gestora da
2045 Subsede do Vale e Litoral Norte e 01 (uma) abstenção. Nada mais havendo a tratar, a
2046 senhora conselheira presidenta, Luciana Stoppa dos Santos, deu por encerrada a sessão
2047 às 00 horas e 30 minutos, da qual eu, conselheira secretária, Suely Castaldi Ortiz da Silva,
2048 lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São
2049 Paulo, 20 de janeiro de dois mil e dezoito.

Aristeu Bertelli da Silva

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozinetti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Regiane Aparecida Piva

Reginaldo Branco da Silva

Suely Castaldi Ortiz de Oliveira

Vinicius Cesca de Lima

Beatriz Borges Brambilla

Beatriz Marques de Mattos

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Magna Barboza Damasceno

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo
Guarnieri

Mary Ueta

Maurício Marinho Iwai